



ACADEMIA MILITAR

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA FACE AO PARADOXO: ECLOSÃO E DISSOLUÇÃO DE *GENDARMERIES*

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Roberto Covita Ascensão

Orientador: Tenente Coronel de Infantaria da GNR Carlos João Soares Costa

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2016



ACADEMIA MILITAR

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA FACE AO PARADOXO: ECLOSÃO E DISSOLUÇÃO DE *GENDARMERIES*

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Roberto Covita Ascensão

Orientador: Tenente Coronel de Infantaria da GNR Carlos João Soares Costa

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2016

EPÍGRAFE

“Não existem mais do que cinco notas fundamentais, mas quando combinadas elas produzem mais sons do que aqueles que se conseguem ouvir” (Sun Tzu, 2009, p. 65).

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmão e avó.

À minha namorada. Aos meus amigos.

Pelo apoio incondicional prestado ao longo desta etapa.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho é o resultado de um conjunto de sinergias. Sendo assim, cabe-me exprimir publicamente a minha gratidão e reconhecimento a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a sua realização, pois sem esses contributos este trabalho não seria exequível.

Ao meu orientador, Tenente Coronel Carlos João Soares Costa, pela forma como me orientou, pela dedicação e disponibilidade permanente no processo de investigação. Pela sua fulcral importância na realização deste trabalho.

Ao Tenente Coronel Gonçalo Carvalho, diretor dos cursos da GNR na Academia Militar, pelo acompanhamento e apoio permanente ao longo destes últimos dois anos.

A todos os professores e oficiais que abdicaram do seu precioso tempo para me concederem as entrevistas, tornando esta investigação muito mais rica: Professor Doutor Nelson Lourenço, Professor Doutor José Conde Rodrigues, Major General Agostinho Costa, Coronel Jorge Esteves, Coronel Bartolomeu Cabral, Coronel Filipe Pessoa, Major Jorge Meireles e Major Cláudia Santos.

Ao Tenente Coronel Nuno Parreira da Silva, pela colaboração e disponibilidade, pela partilha de conhecimentos e pelas sugestões que forneceu, auxiliando na persecução do trabalho.

À minha amiga e professora Ana Rita Salgueiro Gorgulho, pela amizade e disponibilidade manifestada, ao aconselhar-me e apoiar-me na realização deste trabalho.

À minha família, pela educação e valores que sempre me inculcaram, e a quem devo tudo o que sou hoje.

À minha namorada, pelo apoio e motivação que me deu ao longo da elaboração deste trabalho.

Ao XXI Curso de Oficiais da GNR, pela camaradagem e amizade demonstradas ao longo dos últimos cinco anos, percorridos na AM.

A estes e a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, um profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

À semelhança do que acontece noutros países, é essencial analisar o sistema dual de polícia que se encontra em vigor em Portugal. Existem países cujas reformas têm implicado a criação e desenvolvimento de forças tipo *Gendarmerie*, e outros países em que se tem assistido à sua extinção. Assim, o presente Trabalho de Investigação Aplicada visa compreender a importância da GNR como força *Gendarmerie* e, tendo em consideração as alterações que se têm vindo a verificar ao nível das forças deste tipo, quais as linhas força de reconfiguração para a GNR.

A investigação inicia-se com o estudo da génese das forças de *Gendarmerie* e são analisados casos de evolução e dissolução deste tipo de forças, nomeadamente: França, Espanha, Itália, Bélgica e Áustria. São identificadas as potencialidades e vulnerabilidades destas forças e os seus fatores de evolução e dissolução. A Guarda Nacional Republicana é abordada enquanto força de segurança de natureza militar, ao nível da sua tutela, das suas missões, da sua organização e da própria condição militar.

A metodologia adotada no trabalho segue o método hipotético-dedutivo. Neste sentido, estabelecem-se questões derivadas com o intuito de responder ao objetivo do estudo (questão central) e para cada uma delas é formulada uma hipótese de investigação. Como forma de recolha de dados, realiza-se uma entrevista a oito elementos da área da segurança interna.

De acordo com os dados obtidos, as hipóteses de investigação são verificadas e responde-se às questões derivadas. Consequentemente, dá-se resposta à questão central. Conclui-se que a GNR face aos fatores de dissolução de *Gendarmeries* deve evitar as suas fraquezas e, eventuais ameaças, devendo potenciar algumas das suas valências e tirar partido dos seus pontos fortes.

Palavras-chave: Forças tipo *Gendarmerie*; GNR; Segurança.

ABSTRACT

Similarly, to what happens in other countries, it is essential to analyse the prevailing police dual system in Portugal. There are countries which reforms have implied the creation and development of Gendarmerie kind of forces and others that have gone through their extinction. Thereby, the present Applied Investigation Work seeks to understand the importance of the GNR as a Gendarmerie force and, considering the changes on this kind of forces, which are the force lines of reconfiguration of the GNR.

The investigation is initiated with the study of the Gendarmerie forces genesis' and the analysis of both evolution and dissolution cases of this kind of forces, namely: France, Spain, Italy, Belgium and Austria. The potentialities and vulnerabilities of this forces are identified as well as their factors of evolution and dissolution. The National Republican Gard is approached as a military nature security force, regarding its guardianship, missions, organization and its military condition itself.

The adopted methodology follows the Hypothetical-deductive method. Thus the derived questions are established in order to answer the study's objective (the main question) and for each one of them it is phrased an investigation hypothesis. As a mean of data collection it takes place an interview to eight elements of the internal security field.

According to the extracted data, the investigation hypothesis' are verified and the derived questions are answered. Consequently, there is given an answer to the main question. And, concluding, face to the dissolution factors, the GNR must sidestep the its weaknesses and, eventual threats, potentiating its valencies and exploiting its strengths.

Key-words: Gendarmerie type Forces; GNR; Security.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xvi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - FORÇAS DE SEGURANÇA DO TIPO GENDARMERIE	6
1.1. Dos Modelos Policiais às Forças de Segurança do Tipo <i>Gendarmerie</i>	6
1.2. Génese e Definição das Forças do Tipo <i>Gendarmerie</i>	6
1.3. Características das Forças de Segurança Tipo <i>Gendarmerie</i>	8
1.4. Potencialidades e Vulnerabilidades das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	9
CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO E DISSOLUÇÃO DE GENDARMERIES	10
2.1. Evolução de <i>Gendarmeries</i> : os casos da <i>Gendarmerie Nationale</i> , <i>Arma Dei Carabinieri</i> e <i>Guardia Civil</i>	10
2.1.1. <i>Gendarmerie Nationale</i>	10
2.1.2. <i>Arma dei Carabinieri</i>	11

2.1.3.	<i>Guardia Civil</i>	12
2.2.	Dissolução de <i>Gendarmeries</i> : os casos da Áustria e da Bélgica	13
2.2.1.	<i>Bundesgendarmerie (Gendarmerie Federal Austríaca)</i>	14
2.2.2.	<i>Rijkswacht (Gendarmerie Nationale Belge)</i>	15
2.3.	Fatores de criação/evolução e de dissolução de forças tipo <i>Gendarmerie</i>	16
CAPÍTULO 3 - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A NATUREZA MILITAR		17
3.1.	A GNR como Força de Segurança de Natureza Militar	17
3.2.	Dupla Dependência Ministerial	18
3.3.	Missões e Atribuições da GNR	18
3.4.	Organização Militar da GNR.....	20
3.5.	Condição Militar do Efetivo da GNR.....	20
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....		22
4.1.	Bases Lógicas da Investigação	22
4.1.1.	Natureza da Investigação.....	23
4.1.2.	Método quanto à Abordagem	23
4.1.3.	Método quanto ao Procedimento	24
4.1.4.	Método quanto ao Objetivo	24
4.2.	Modelo de Análise, Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses de Investigação.	24
4.3.	Tipo de Abordagem	25
4.4.	Métodos e Técnicas de Recolha de Dados	26
4.4.1.	Análise Documental	26
4.4.2.	Entrevistas	27
4.4.3.	Amostragem: Composição e Justificação.....	28
4.5.	Técnicas de Tratamento e Análise de Dados.....	28

CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	30
5.1. Apresentação e Análise das Entrevistas	30
5.1.1. Apresentação e Análise da Pergunta 1	30
5.1.2. Apresentação e Análise da Pergunta 2	32
5.1.3. Apresentação e Análise da Pergunta 3	33
5.1.4. Apresentação e Análise da Pergunta 4	33
5.1.5. Apresentação e Análise da Pergunta 5	34
5.1.6. Apresentação e Análise da Pergunta 6	35
5.1.7. Apresentação e Análise da Pergunta 7	35
5.1.8. Apresentação e Análise da Pergunta 8	36
5.1.9. Apresentação e Análise da Pergunta 9	37
5.1.10. Apresentação e Análise da Pergunta 10	38
5.2. Discussão dos Resultados	39
5.2.1 Potencialidades das <i>Gendarmeries</i>	39
5.2.2 Vulnerabilidades das <i>Gendarmeries</i>	39
5.2.3 Fatores de Dissolução de <i>Gendarmeries</i>	40
5.2.4 Evolução da <i>Gendarmerie Nationale</i> , <i>Guardia Civil</i> e <i>Arma Dei Carabinieri</i>	41
5.2.5 Utilidade e Justificação de uma FS de Natureza Militar	42
5.2.6 Alterações ao Modelo de Segurança Interna, nas FS e na GNR	42
5.3. Verificação das Hipóteses	44
5.3.1. Verificação da Hipótese de Investigação 1	44
5.3.2. Verificação da Hipótese de Investigação 2	45
5.3.3. Verificação da Hipótese de Investigação 3	46
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

APÊNDICES	I
APÊNDICE A - Fatores de Criação/ Evolução das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	I
APÊNDICE B - Fatores de Dissolução das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	III
APÊNDICE C - Fases e Etapas do Processo de Investigação	IV
APÊNDICE D - Desenho do Estudo de Investigação	V
APÊNDICE E - Processo de Laboração de um Modelo de Análise	VI
APÊNDICE F - Guião de Entrevista	VII
APÊNDICE G - Carta de Apresentação	IX
APÊNDICE H - Caracterização dos Entrevistados	XI
APÊNDICE I - Análise de conteúdo das respostas às perguntas	XII
APÊNDICE J - Codificação das Respostas das Entrevistas.....	XVII
ANEXOS	XIX
ANEXO A - Dispersão das Forças de <i>Gendarmerie</i> no Mundo	XIX
ANEXO B - Potencialidades das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	XX
ANEXO C - Vulnerabilidades das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	XXII
ANEXO D - <i>Gendarmerie Nationale</i>	XXIV
ANEXO E - <i>Arma Dei Carabinieri</i>	XXIV
ANEXO F - Desenvolvimento do Efetivo de <i>Gendarmeries</i>	XXV
ANEXO G - <i>Guardia Civil</i>	XXV
ANEXO H - Sistema de Forças Nacional	XXVI
ANEXO I - Pilares Identitários da GNR	XXVII
ANEXO J - Estrutura Geral da GNR.....	XXVII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Dispersão das Forças de <i>Gendarmerie</i> no Mundo	XIX
Figura n.º 2 - Sistema de Forças Nacional	XXVI
Figura n.º 3 - Pilares Identitários da GNR	XXVII
Figura n.º 4 - Estrutura Geral da GNR	XXVII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Fases e Etapas do Processo de Investigação	IV
Quadro n.º 2 - Desenho de Estudo da Investigação	V
Quadro n.º 3 - Processo de Laboração de um Modelo de Análise.....	VI
Quadro n.º 4 - Sistema de Forças Francês	XXIV
Quadro n.º 5 - Sistema de Forças Italiano.....	XXIV
Quadro n.º 6 - Sistema de Forças Espanhol	XXV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Análise quantitativa das respostas à P1	31
Tabela n.º 2 - Análise quantitativa das respostas à P2	32
Tabela n.º 3 - Análise quantitativa das respostas à P3	33
Tabela n.º 4 - Análise quantitativa das respostas à P4	34
Tabela n.º 5 - Análise quantitativa das respostas à P5	35
Tabela n.º 6 - Análise quantitativa das respostas à P6	35
Tabela n.º 7 - Análise quantitativa das respostas à P7	36
Tabela n.º 8 - Análise quantitativa das respostas à P8	37
Tabela n.º 9 - Análise quantitativa das respostas à P9	38
Tabela n.º 10 - Análise quantitativa das respostas à P10	38
Tabela n.º 11 - Fatores de Criação/Evolução das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	I
Tabela n.º 12 - Fatores de Dissolução das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	III
Tabela n.º 13 - Caracterização dos Entrevistados	XI
Tabela n.º 14 - Análise do conteúdo da P1	XII
Tabela n.º 15 - Análise do conteúdo da P2	XII
Tabela n.º 16 - Análise do conteúdo da P3	XIII
Tabela n.º 17 - Análise do conteúdo da P4	XIII
Tabela n.º 18 - Análise do conteúdo da P5	XIV
Tabela n.º 19 - Análise do conteúdo da P6	XIV
Tabela n.º 20 - Análise do conteúdo da P7	XIV
Tabela n.º 21 - Análise do conteúdo da P8	XV
Tabela n.º 22 - Análise do conteúdo da P9	XVI

Tabela n.º 23 - Análise do conteúdo da P10.....	XVI
Tabela n.º 24 - Matriz de Codificação das Respostas	XVII
Tabela n.º 25 - Potencialidades das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	XX
Tabela n.º 26 - Vulnerabilidades das Forças Tipo <i>Gendarmerie</i>	XXII
Tabela n.º 27 - Desenvolvimento do Efetivo de <i>Gendarmeries</i>	XXV

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - Fatores de Criação/ Evolução das Forças Tipo *Gendarmerie*

APÊNDICE B - Fatores de Dissolução das Forças Tipo *Gendarmerie*

APÊNDICE C - Fases e Etapas do Processo de Investigação

APÊNDICE D - Desenho do Estudo de Investigação

APÊNDICE E - Processo de Laboração de um Modelo de Análise

APÊNDICE F - Guião de Entrevista

APÊNDICE G - Carta de Apresentação

APÊNDICE H - Caracterização dos Entrevistados

APÊNDICE I - Análise de conteúdo das respostas às perguntas

APÊNDICE J - Codificação das Respostas das Entrevistas

ANEXO A - Dispersão das Forças de *Gendarmerie* no Mundo

ANEXO B - Potencialidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

ANEXO C - Vulnerabilidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

ANEXO D - *Gendarmerie Nationale*

ANEXO E - *Arma Dei Carabinieri*

ANEXO F - Desenvolvimento do Efetivo de *Gendarmeries*

ANEXO G - *Guardia Civil*

ANEXO H - Sistema de Forças Nacional

ANEXO I - Pilares Identitários da GNR

ANEXO J - Estrutura Geral da GNR

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
Art.º	Artigo
Cfr.	Conferir
CJM	Código de Justiça Militar
CNP	Corpo Nacional de Polícia
E	Entrevistado
EBSCO	<i>Elton Bryson Stphens Company</i>
EG	Escola da Guarda
EUROGENDFOR	<i>European Gendarmerie Force</i>
FFAA	Forças Armadas
Fig.	Figura
FS	Forças de Segurança
GC	<i>Guardia Civil</i>
GFA	<i>Gendarmerie Federal Austríaca</i>
GN	<i>Gendarmerie Nationale</i>
GNB	<i>Gendarmerie Nationale Belge</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRES	Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança
GRP	Guarda Real de Polícia
HI	Hipótese de Investigação
IPRI	Instituto Português de Relações Internacionais

LBGECM	Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MA	Modelo de Análise
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
N.º	Número
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
NR	Não Respondeu
P	Pergunta
PFA	Polícia Federal Austríaca
PJ	Polícia Judiciária
PN	<i>Polizie Nazionale</i>
PSF	Polícia de Segurança Federal
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RCHM	Regulamento de Continências e Honras Militares
RDM	Regulamento de Disciplina Militar
RDMGNR	Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana
RSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
RH	Recursos Humanos
Seg.	Segmento
SGSSI	Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna
SSI	Sistema de Segurança Interna

TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UE	União Europeia
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado

INTRODUÇÃO

A Academia Militar (AM), instituição centenária que desenvolve atividades de ensino, investigação e apoio à comunidade, é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar com a missão primordial de formar oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR) (Borges, Carvalho, Dias & Vieira, 2012).

Inserido na estrutura curricular dos cursos ministrados na AM, com o fim último de concluir o Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, surge o Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), subordinado ao tema “A Guarda Nacional Republicana face ao paradoxo: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*”, que visa investigar a forma de atuação das forças do tipo *Gendarmerie* e os corpos civis de polícia, percebendo as suas potencialidades e vulnerabilidades. Pretende-se compreender a importância da GNR como força *Gendarmerie* e, tendo em consideração as alterações prementes que se têm vindo a verificar ao nível das forças deste tipo, quais as linhas força de reconfiguração para a GNR.

Assim sendo, esta investigação enquadra-se no momento em que a segurança é um tema muito discutido na sociedade, tanto a nível nacional como internacional, devido, sobretudo, à grande instabilidade e diversidade de ameaças no mundo moderno.

O conceito de segurança pode ser definido como “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas” (Alves, 2010, p. 37). Neste sentido, e de forma a manter a segurança, os Estados de diversos países têm vindo a adotar medidas e reformas nos seus sistemas de segurança interna com o intuito de se adaptarem às novas ameaças e poderem mitigá-las de uma forma eficaz.

Enquanto existem Estados cujas reformas têm implicado a criação e desenvolvimento de forças de segurança do tipo *Gendarmerie*, noutros Estados tem-se assistido à sua extinção. Existem Estados com um sistema policial dualista, constituído por uma força de segurança de natureza civil e outra de natureza militar.

Em Portugal, é este o sistema utilizado, o sistema policial dual, compreendendo como força de natureza civil a Polícia de Segurança Pública (PSP) e como força de natureza militar a GNR, “sendo que as atribuições genéricas de ambas as forças de segurança são idênticas, variando a sua prossecução em função da área geográfica atribuída a cada uma das forças” (Rocha, 2010, p. 15).

À semelhança do que acontece noutros países, é essencial analisar o sistema dual de polícia que se encontra em vigor em Portugal. Ao serem analisadas as características de ambas as forças de segurança, GNR e PSP, conhecendo tanto as suas potencialidades como as vulnerabilidades relativas ao modo de atuação, pretende-se perceber quais são os fatores que contribuem para a criação/fortalecimento ou dissolução de forças do tipo *Gendarmerie*.

O estudo da polícia, das Forças de Segurança (FS) e das FS do tipo *Gendarmerie* é ainda embrionário em Portugal, tendo sido realizados poucos estudos científicos em que estas temáticas sejam analisadas. Daí que, e segundo Bessa (2015), quando confrontado com a análise de outras temáticas sociais, o estudo científico da polícia é muito recente e consequentemente, as fontes bibliográficas referentes a esta temática são escassas.

O tema selecionado para este trabalho tem como propósito investigar a evolução forças do tipo *Gendarmerie*, conhecendo as suas características e compreendendo as suas potencialidades, bem como as suas vulnerabilidades. Tendo em consideração as valências da GNR, poderão ser perspetivadas linhas força de reconfiguração para esta força, por forma a cumprir de forma mais eficaz a sua missão.

Assim, é definido como objetivo geral do trabalho “enquadrar a GNR face ao paradigma: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*” e, de forma a atingir o objetivo geral, são delineados objetivos específicos, nomeadamente:

- Identificar as características da GNR, potencialidades e vulnerabilidades, e perceber se esta constitui uma mais-valia em Portugal;
- Identificar e explicar os fatores que contribuem para a criação de *Gendarmeries*;
- Identificar e explicar quais os fatores que contribuem para a dissolução de *Gendarmeries*.

Tendo por base o objetivo geral que é proposto, é constituída a Questão Central (QC), ou questão de partida, entendida como “uma interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações. É um enunciado interrogativo e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica” (Fortin, 2009, p. 51).

Neste estudo, a QC foi colocada da seguinte forma: **“Quais as linhas força para a reconfiguração da Guarda Nacional Republicana tendo em conta a eclosão de *Gendarmeries* e dissolução de outras?”**.

De forma a dar resposta à QC, o presente RCFTIA seguiu uma metodologia de trabalho composta por três fases principais: a fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica. É importante referir que, na fase metodológica, foi elaborado um plano do processo de investigação e a investigação foi classificada quanto à natureza (Investigação Aplicada), ao método de abordagem (método hipotético-dedutivo), ao método de procedimento (comparativo) e aos objetivos (método descritivo-explicativo).

De acordo com a Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1ª/20JAN16, da AM para os RCFTIA, o presente trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que a Introdução e a Conclusão e Recomendações não são numeradas.

Assim, o presente trabalho encontra-se organizado por capítulos, por forma a garantir uma leitura que permita conhecer o fio condutor que se seguiu para chegar às conclusões apresentadas. Primeiramente é efetuada uma introdução ao Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

De seguida, é definido o objetivo geral do trabalho e de acordo com este são esboçados os objetivos específicos que se pretendem atingir com a investigação. É feita uma breve abordagem à metodologia que será utilizada na investigação e é apresentada a estrutura do trabalho, sendo descrito, de forma sucinta, o conteúdo de cada capítulo.

No Capítulo 1, “Forças de Segurança do Tipo *Gendarmerie*”, é feita uma revisão da literatura e um levantamento do estado da arte no que diz respeito às FS do tipo *Gendarmerie*. É feito um enquadramento teórico acerca dos diversos modelos policiais que existem, é explicada a génese de FS do tipo *Gendarmerie*, seguida da sua definição segundo vários autores, Lutterbeck (2004), Weger (2009) e Branco (2010). Logo após a sua definição, é feita uma abordagem às características deste tipo de força, sendo ainda feito um levantamento das suas potencialidades e vulnerabilidades.

No Capítulo 2, “Evolução e Dissolução de *Gendarmeries*”, são apresentados exemplos de Forças do tipo *Gendarmerie* que têm vindo a evoluir ao longo dos anos e exemplos de forças que foram dissolvidas. São apresentados três casos de evolução de *Gendarmeries*: a *Gendarmerie Nationale*, de França; a *Arma Dei Carabinieri*, de Itália; e a *Guardia Civil*, de Espanha. Em todos os casos, são expostos fatores que têm levado à sua evolução, e são apresentadas as suas valências.

Depois de apresentados os casos de evolução de *Gendarmeries*, são expostos dois casos de dissolução de *Gendarmeries*: a *Bundesgendarmerie*, da Áustria; e a *Rijkswacht*, da Bélgica. Em ambos os casos são apresentados os motivos que levaram à sua extinção, e constata-se se a sua dissolução foi uma medida positiva ou negativa.

No Capítulo 3, “A Guarda Nacional Republicana e a Natureza Militar”, a GNR é apresentada como FS de Natureza Militar, através da sua definição. É explicada a sua dupla dependência ministerial: do Ministério da Administração Interna (MAI) e do Ministério da Defesa Nacional (MDN); são apresentadas as suas missões e atribuições; a sua organização militar e, finalmente, é feita uma análise da condição militar do efetivo da GNR.

No Capítulo 4, “Metodologia e Procedimentos”, são expostas todas as técnicas, métodos e procedimentos que foram adotados no presente estudo. Primeiro, são apresentadas as bases lógicas da investigação onde é explicado o raciocínio lógico da investigação dividido em três fases: a conceptual, a metodológica e a empírica. Posteriormente os métodos de investigação utilizados são definidos quanto: à sua Natureza, à Abordagem, ao Procedimento e ao Objetivo. Quanto à natureza, este trabalho é de investigação aplicada, que é a utilizada nos trabalhos finais realizados na AM. No que concerne à abordagem, esta foi alicerçada no método hipotético-dedutivo. Ao nível do procedimento utilizou-se o método comparativo e quanto ao objetivo foi usado o método descritivo-explicativo.

De seguida, são explanados o Modelo de Análise (MA), a Questão Central, as Questões Derivadas (QD) do trabalho e ainda as Hipóteses de Investigação (HI). É importante salientar que, quer a Questão Central quer as Questões Derivadas, procuram responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos, que foram previamente definidos.

Depois de apresentadas as Questões Derivadas, é definido o tipo de abordagem da investigação: qualitativo. De seguida, são descritos os métodos e técnicas de recolha de dados utilizados, sendo estes a análise documental e a realização de entrevistas. É explicada a composição dos entrevistados e a justificação da sua escolha. Por último, são explicadas as técnicas de tratamento e análise de dados implementadas, tendo sido consideradas como adequadas à análise do tipo de dados recolhidos, de forma a alcançar o objetivo proposto para este RCFTIA.

Finalmente, no Capítulo 5, “Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados”, são expostos os dados obtidos através da realização das entrevistas. É feita uma apresentação e análise das entrevistas, em que as respostas de cada entrevistado são exibidas através de dez tabelas (uma tabela para cada pergunta), e identificados os assuntos (segmentos) que cada um dos entrevistados incluiu na sua resposta às perguntas. Estes assuntos, ou segmentos,

foram extraídos ao fazer a codificação das respostas às perguntas. Através da observação destes resultados, obtém-se uma análise quantitativa relativa a cada assunto abordado na entrevista.

Depois de analisadas as entrevistas, é realizada uma discussão de resultados. Nesta discussão, é feita a analogia entre os resultados obtidos nas entrevistas e os resultados provenientes da revisão de literatura. Assim, são refletidos os seguintes assuntos: Potencialidades das *Gendarmeries*; Vulnerabilidades das *Gendarmeries*; Fatores de Dissolução de *Gendarmeries*; A evolução da *Gendarmerie Nationale*, da *Guardia Civil* e da *Arma Dei Carabinieri*; a Utilidade e Justificação de uma Força de Segurança de Natureza Militar; e, por último, as Alterações ao Modelo de Segurança Interna, nas Forças de Segurança e na GNR.

De seguida, são confrontadas as Hipóteses de Investigação. Tendo como base a discussão de resultados, as três HI, definidas no Capítulo 4, são confirmadas ou refutadas. Através da confirmação das hipóteses, será possível responder às QD.

No último capítulo, “Conclusão e Recomendações”, é feita uma síntese do trabalho desenvolvido, ressaltando os resultados mais importantes, e relacionando-os com os objetivos propostos para o trabalho. São dadas respostas às Questões Derivadas e, posteriormente, à Questão Central, que reflete o objetivo do presente RCFTIA. Para finalizar, são apresentadas algumas recomendações e sugestões para possíveis trabalhos futuros, tendo como base a presente investigação.

CAPÍTULO 1

FORÇAS DE SEGURANÇA DO TIPO *GENDARMERIE*

1.1. Dos Modelos Policiais às Forças de Segurança do Tipo *Gendarmerie*

Os Estados dos diversos países têm muitos e diferenciados modelos de organização, devido às características próprias de cada um e também devido à sua evolução histórica. Cada Estado baseia o seu modelo policial nos elementos estruturais e aspetos funcionais das organizações presentes no seu sistema policial (Oliveira, 2006).

Existem diversos tipos de modelos policiais, podendo-se agrupar por diferentes classificações, no entanto, derivado ao tema, a categorização será cingida à classificação entre os países com um só corpo policial e aqueles que têm mais corpos policiais.

Segundo Monet (1993), existem três modelos policiais: o monista, o dualista e o pluralista. Branco (2013) preconiza que, o modelo monista caracteriza-se pela existência de um só corpo policial, enquanto o pluralista se distingue pela existência de vários corpos policiais. No que concerne ao modelo dualista, tal como o nome indica, caracteriza-se, “pela existência num mesmo Estado, de dois corpos com funções policiais, um militar e outro civil, com competências policiais genéricas para atuar em todo o território, mas em que cada um tem uma área de responsabilidade atribuída” (Branco, 2013, p. 102). É no modelo dualista que surge o corpo de polícia de natureza militar, doravante designado como FS do tipo *Gendarmerie*, conceito este que se define de seguida.

1.2. Génese e Definição das Forças do Tipo *Gendarmerie*

As forças de segurança do tipo *Gendarmerie*, também definidas como corpos militares de polícia, têm a sua origem em França, no imperialismo de Napoleão Bonaparte, quando no final o século XVIII este criou a *Gendarmerie Nationale* (GN), utilizando-a para alargar a todo o território francês a soberania do seu Estado, estabelecendo com o povo um contrato social. A GN recolhia os impostos e garantia a conscrição e, em contrapartida, protegia o povo contra os ladrões e os corruptos locais. Este modelo de forças foi imposto

com a administração francesa durante a hegemonia napoleónica e posteriormente adotado por alguns chefes e Estados Europeus (Gobinet, 2011). Por sua vez, esta força advinha das denominadas *Maréchaussées*¹ de França, “força militar que foi durante séculos o único corpo a exercer funções de polícia neste país” (Alves, 2008, p. 117).

É comumente aceite que as forças tipo *Gendarmerie* têm como base o modelo napoleónico, no entanto, existem autores que defendem que outras características não partilham essa origem, que “existe um núcleo de forças de *Gendarmerie* que detêm qualidades que não advêm apenas do modelo napoleónico, mas de uma cultura militar do Império Romano” (Marczuk, 2011, p. 88), designadamente, a figura das Guardas Pretorianas.

O modelo gendármico propagou-se por vários países que formaram as suas *Gendarmeries*, criando “o denominado sistema de dupla componente policial e que consiste na coexistência de duas forças de competência genérica, encarregues da segurança e ordem pública, uma de natureza militar e outra civil” (Branco, 2000, p. 108). No entanto, segundo Weger (2009), desde que estas forças foram criadas, vinte e três Estados² optaram por eliminar este modelo após terem assumido o controlo das zonas onde sentiam dificuldades.

Urge então definir forças do tipo *Gendarmerie*. Definimo-las aqui como forças que apresentam um modelo de organização de natureza militar tendo como fim último a segurança. Existem forças do tipo *Gendarmerie* dispersas por todo o mundo³, podendo estas divergir ao nível das suas capacidades e potencialidades. As forças do tipo *Gendarmerie* podem ser definidas como “organizações de segurança com uma combinação de características e tarefas policiais e militares” (Weger, 2009, p. 7). Lutterbeck (2004) define o conceito de *Gendarmerie* como sendo uma força constituída por militares que têm como tarefa primordial manter a lei e a ordem internamente, principalmente em áreas rurais e ao longo das principais vias de comunicação. Acrescenta ainda que este tipo de forças tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais fulcral na segurança das fronteiras e nas operações de apoio à paz.

Pode-se, então, inferir que as forças deste tipo exercem essencialmente a função policial, podendo adaptar-se facilmente a inúmeros panoramas distintos através da sua

¹ A designação de *Maréchaussée*, relaciona-se com a circunstância de ela ser, inicialmente, a polícia militar dos marechais em campanha.

² Afeganistão, Áustria, Bélgica, Bolívia, Burundi, Dinamarca, El Salvador, Equador, Alemanha, Grécia, Honduras, Chipre, Hungria, Irão, Japão, Luxemburgo, México, Panamá, Peru, Filipinas, Rússia, Ruanda e a Suíça.

³ Cfr. Anexo A – Dispersão das Forças de *Gendarmerie* no Mundo.

natureza militar. Estas forças “possuem uma versatilidade e polivalência incomparavelmente superior, quer à das Forças Armadas em sentido clássico, quer à das polícias civis” (Branco, 2010, p. 36).

Na Europa, foram criadas várias organizações militares tendo por base o modelo da GN de 1791, destacando-se a *Gendarmerie* Belga (1795), a *Maréchaussée* na Holanda (1814), os *Carabinieri* em Itália (1814), a *Guardia Civil* (GC) em Espanha (1844) e a Guarda Real de Polícia (GRP)⁴ em Portugal (1801), antecessora da GNR⁵ (Bessa, 2015).

O modelo gendármico, para além da Europa, alastrou-se por países da América Latina e do norte de África.

1.3. Características das Forças de Segurança Tipo *Gendarmerie*

O modelo gendármico “assenta em três ideias força: a polivalência, a proximidade e a continuidade” (Dieu, 2002, citado em Alves, 2010, p. 151). Segundo o mesmo autor, a polivalência executa-se através do desempenho de uma diversidade de missões, atuando este tipo de forças tanto na segurança interna como na defesa e nos mais diversificados fenómenos de crise. A proximidade relaciona-se com o privilegiar do contato estreito com as populações e conhecimento das pessoas e dos lugares, que é alcançado através das patrulhas do posto territorial. A terceira, e última, ideia força, que se designa por continuidade, cinge-se ao facto de este tipo de forças atuar em todas as circunstâncias, como interface entre as seguranças externa e interna, representando a soberania do Estado.

Como analisado, de acordo com Weger (2009), as forças tipo *Gendarmerie* combinam características e tarefas tanto policiais como militares. Essas características prendem-se com o estatuto militar; o treino, formação e educação militar dos seus elementos; sujeição à lei e justiça militar; doutrina, valores e disciplina militar e detenção de equipamento e armamento militar comum ao das Forças Armadas (FFAA).

Em consonância com Weger (2009), Luterrbeck (2004) considera que, apesar das diferenças entre as *Gendarmerie* dos diferentes países, elas possuem as seguintes características: dupla dependência, do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior⁶; organização militar, sendo mais centralizadas e hierárquicas; detêm equipamento mais

⁴ Existiam duas GRP, uma na cidade de Lisboa e outra na cidade do Porto.

⁵ Entre as GRP e a GNR existiram outras duas forças, as Guardas Municipais de Lisboa e Porto (1834) que passaram a ter um comando único em 1868 e a Guarda Republicana (1910).

⁶ Ou Ministério da Administração Interna (caso de Portugal).

“pesado” como viaturas blindadas, aeronaves, helicópteros e armas de infantaria ligeira, equipamento este que permite uma maior capacidade de repressão.

No entanto, outro autor identifica como únicos fatores de destrição entre as *Gendarmeries* e as FS de natureza civil, a cultura institucional e o seu estatuto militar (Gobinet, 2011).

1.4. Potencialidades e Vulnerabilidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

As FS têm aumentado a sua importância nas missões internacionais, fruto das novas exigências colocadas por missões com um espectro de atuação cada vez mais alargado (Alves, 2011). As forças do tipo *Gendarmerie* têm avocado um papel de destaque na resposta às missões internacionais, servindo como uma força híbrida de interface entre as FFAA e as organizações civis. A crescente importância das forças tipo *Gendarmerie* nas missões internacionais levou à criação de organizações como a *European Gendarmerie Force* (EUROGENDFOR)⁷.

Devido às características ímpares, mais ou menos consensuais por parte de diversos estudiosos, das FS do tipo *Gendarmerie*, evidenciam-se as potencialidades e as vulnerabilidades das mesmas neste tipo de missões.

Como potencialidades identificam-se a competência, a polivalência e flexibilidade, a interoperabilidade, o modelo, a confiança, a experiência, o planeamento, eficiência e universalidade.⁸ Quanto às vulnerabilidades, residem, nomeadamente, ao nível da duplicação, generalismo e insuficiência, do modelo, da política e da Logística.⁹

Uma análise detalhada das potencialidades e vulnerabilidades das *Gendarmeries* permite perceber as suas mais-valias face aos novos desafios de segurança, tendo em conta as suas debilidades.

⁷ Criada em 2004 tendo como membros: França, Itália, Portugal, Espanha, Holanda, Roménia e Polónia.

⁸ Cfr. Anexo B – Potencialidades das Forças do Tipo *Gendarmerie*.

⁹ Cfr. Anexo C – Vulnerabilidades das Forças do Tipo *Gendarmerie*.

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO E DISSOLUÇÃO DE *GENDARMERIES*

2.1. Evolução de *Gendarmeries*: os casos da *Gendarmerie Nationale*, *Arma Dei Carabinieri* e *Guardia Civil*

As principais congêneres da GNR, a nível histórico, de proximidade geográfica e cultural são a GN, a GC e os *Carabinieri*, daí que seja importante perceber como se encontra atualmente a estrutura destas três forças e como têm evoluído face aos desafios da segurança contemporânea, o que irá ser descrito de seguida.

2.1.1. *Gendarmerie Nationale*

Legalmente, a GN, parte integrante das FFAA, constitui um dos seus importantes ramos, desempenhando, no entanto, missões essencialmente policiais.¹⁰ Até 2002, dependia somente do Ministério da Defesa, passando nesse mesmo ano a depender também do Ministério do Interior. A GN é definida como “uma força policial com um estatuto militar, dirigida por um diretor geral e organizada territorialmente, de acordo com a divisão administrativa e militar do país” (Oliveira, 2006, p. 206), sendo que o diretor geral pode ser civil ou militar, conquanto desde 2004 todos foram militares. Ainda de acordo com Oliveira, a GN tem competência exclusiva na componente de segurança pública nas zonas rurais, desenvolvendo competências militares, administrativas (segurança pública), judiciárias, entre outras, como o socorro e assistência através de unidades especializadas.

Segundo Lizurey (2006), para se adaptar às missões específicas, foram criados vários grupos especializados dentro da GN. A saber: *La Gendarmerie de l'air*, *La Gendarmerie maritime*, *La Gendarmerie des transports aériens*, *La Gendarmerie de sécurité des armements nucléaires*, *La garde républicaine* e ainda *Le Groupement de sécurité et d'intervention de la Gendarmerie Nationale*, que por sua vez está subdividido em diversas unidades especializadas.

¹⁰ Cfr. Anexo D – *Gendarmerie Nationale*.

Ao longo dos anos, a GN tem sofrido diversas alterações estruturais e funcionais com “o objetivo de responder cabalmente a todas as missões atribuídas, às expetativas, bem como à estima e consideração de todos os cidadãos franceses que a veem como uma instituição de prestígio e defensora dos direitos dos cidadãos” (Bessa, 2015, p. 56).

De acordo com Lutterbeck (2013), o estatuto militar dos seus elementos é bastante vincado, não permitindo o direito de greve ou sindicatos, não impondo limite legal de horas de trabalho, não concedendo direitos de compensação de horas extra e alojando-os em quartéis.

Além do equipamento policial, esta força possui viaturas blindadas, helicópteros, armas ligeiras de infantaria e embarcações. Atuando essencialmente nas zonas rurais, a GN cobre cerca de 95% do território nacional e 50% da população. Para Lutterbeck (2013), a reforma do Sistema de Segurança Interna (SSI) de 2009 conduziu ao reforço adicional das competências do Ministério do Interior sobre a GN, aludindo à passagem de quase todos os aspetos para a competência deste ministério, inclusive o orçamento. Houve também o reforço da cooperação e convergência da GN com a *Police Nationale* (PN), podendo até haver transferências de uma força para outra, em casos pontuais, tal como indica Lutterbeck “gendarmes e certos oficiais de polícia podem requerer uma transferência temporária para a outra força enquanto permanecem no nível hierárquico equivalente” (2013, p. 23). Nesta senda de cooperação e convergência foram criados “grupos de intervenção rápida com elementos da PN e da GN” (Oliveira, 2006, p. 226). No entanto, até à atualidade, o estatuto militar da GN foi mantido por completo.

2.1.2. *Arma dei Carabinieri*

A criação dos *Carabinieri* data de 13 de julho de 1814, sendo um dos quatro ramos das FFAA em Itália, e até ao ano de 2000, inclusive, faziam parte do Exército italiano¹¹. São uma força armada com estatuto militar e de competência geral, sendo responsáveis pela segurança e ordem pública (Conforti, 2011). Dependem do Ministério da Defesa, no que concerne a operações militares no estrangeiro, missões de segurança a representantes diplomáticos, missões de polícia militar e de segurança a outros ramos das FFAA, dependendo também do Ministério do Interior, relativamente a tarefas de ordem pública e segurança e ainda respondem perante a autoridade judiciária, no que respeita a

¹¹ Cfr. Anexo E – *Arma Dei Carabinieri*.

procedimentos penais. Estão presentes tanto em áreas rurais como nas cidades, sendo que em 45% do território coexistem com a Polícia do Estado e em 55% atuam independentemente, evitando nessas áreas problemas de coordenação (Conforti, 2011).

Segundo Lutterbeck (2013), são a *Gendarmerie* com maior efetivo¹² no seio da Europa, podendo ser comandadas somente por um General e nunca por uma entidade civil. Possui armamento pesado, incluindo carros de combate, helicópteros e navios, tendo esta força uma longa tradição de participar em operações humanitárias e de manutenção de paz desde 1855. Para além da componente territorial, os *Carabinieri* possuem uma componente especializada com os seguintes setores: “Anti Falsificação e Saúde; Ecologia; Defesa do Património Artístico; Defesa do Trabalho; Defesa das Normas Comunitárias e Agroalimentares; Banco de Itália e Ministério dos Negócios Estrangeiros” (Branco, 2000, p. 126).

Em apoio à componente territorial existem também unidades altamente qualificadas: o Grupo Operacional Especial (combate o crime complexo e organizado e o terrorismo); o Grupo de Intervenção Especial; o Serviço Aéreo, o Serviço Naval. A Polícia Militar que é outro serviço que atua em toda a componente territorial, no Exército, Marinha e Força Aérea.

Os *Carabinieri* não têm direito à greve nem a sindicatos, embora tenham o número máximo de horas semanais fixado em 36 horas (Lutterbeck, 2013). No entanto, o estatuto, a estrutura e hierarquia militar estão muito vinculados nesta instituição.

2.1.3. *Guardia Civil*

A GC, criada a 28 de março de 1844, tinha como finalidade manter a ordem, segurança pública e proteção de pessoas e bens (Branco, 2000). É definida como “uma força de segurança de natureza militar, com uma dupla tutela, dado que depende do ministro do interior e do ministro da defesa, exerce a sua atividade no território não policiado pelo Corpo Nacional de Polícia (CNP) e na zona marítima” (Oliveira, 2002, p. 144). Apesar de ter feito parte das FFAA até meados de 1970, apenas depende do Ministro da Defesa para as missões no estrangeiro e em tempo de guerra ou de estado de sítio e para as promoções. Inclusive, o cargo de diretor geral da GC tem sido desempenhado quase sempre por um civil, apesar de esse cargo também poder ser desempenhado por um militar (Lutterbeck, 2013).

¹² Cfr. Anexo F – Desenvolvimento do efetivo de *Gendarmeries*.

A GC ocupa uma posição charneira no sistema de forças espanhol¹³, executando missões gerais, que são desempenhadas também pelo CNP. Ambas as forças têm missões específicas atribuídas, cabendo à GC as seguintes missões específicas:

“o controlo das armas e explosivos; a polícia fiscal do Estado e o combate ao contrabando; a vigilância do tráfego, trânsito e transporte nas vias públicas interurbanas; a proteção de vias de comunicação terrestre, costas, fronteiras, portos, aeroportos e centros e instalações que pelo seu interesse o requeiram; a conservação da natureza e meio ambiente e dos recursos hídricos e a condução interurbana de presos e detidos” (Instituto Português de Relações Internacionais [IPRI], 2006, p. 48).

A GC contém ainda unidades especializadas no combate a crimes graves como o terrorismo, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, entre outros (Jimenez, 2011).

Comparativamente aos *Carabinieri*, a GC possui equipamento mais ligeiro, tendo, no entanto, diversas embarcações, navios patrulha e também helicópteros devido ao facto de alocar bastantes recursos para o combate à migração ilegal, vinda dos países do norte de África através do mar Mediterrâneo.

Mesmo tendo um diretor-geral civil, o estatuto militar mantem-se, bem como a proibição aos seus militares de serem sindicalizados ou fazerem greves. Não obstante, em 2008 uniram as direções das duas FS espanholas criando a *Dirección General de la Policía y de la Guardia Civil* num esforço para reforçar a cooperação entre as duas forças (Lutterbeck, 2013), tendo voltado atrás nesta decisão em 2011. Estes factos indiciam que a estrutura militar da GC está menos vincada que na GN e nos *Carabinieri*.

2.2. Dissolução de *Gendarmeries*: os casos da Áustria e da Bélgica

Na senda das reformas dos modelos policiais face aos desafios de segurança contemporâneos, alguns países abdicaram da sua FS de natureza militar tal como a Grécia em 1984, a Bélgica em 2001, Luxemburgo em 2002 e a Áustria em 2005. Atendendo à cultura, posição geográfica, população e dimensão de Portugal, os casos da Áustria e da Bélgica serão escrutinados seguidamente, pois são os mais semelhantes ao nosso país.

¹³ Cfr. Anexo G – *Guardia Civil*.

2.2.1. *Bundesgendarmerie (Gendarmerie Federal Austríaca)*

A *Gendarmerie Federal Austríaca* (GFA), ou *Bundesgendarmerie*, foi criada no início do século XIX, inspirada na GN, consistindo o SSI no modelo dual. Quando foi criada, a GFA dependia essencialmente do Ministério da Defesa e fazia parte das FFAA, no entanto, no final do século XIX, passou para a dependência do Ministério do Interior. Esta alteração fê-la perder parte do seu estatuto militar, mantendo apenas a estrutura militar e algum armamento ligeiro militar (Lutterbeck, 2013).

A GFA foi dissolvida e fundida na Polícia Federal Austríaca (PFA) a 1 de julho de 2005. Até esse ano, “existiram na Áustria três corpos de polícia de nível nacional, todos na dependência hierárquica do Ministro do Interior Federal: a Polícia ou Guarda de Segurança Federal, a *Gendarmerie* Federal e o equivalente a uma Polícia Judiciária (o *Bundeskriminalamt*)” (IPRI., 2006, p. 63).

Seguindo o modelo francês, a Polícia de Segurança Federal (PSF) exercia a sua competência essencialmente nas áreas urbanas, tendo para tal cerca de 12000 efetivos e a GFA, com cerca de 15000 efetivos, atuava essencialmente nas áreas rurais. A GFA mantinha a segurança de aproximadamente dois terços da população, cobrindo sensivelmente 98% do território do país (Lutterbeck, 2013).

A reforma do SSI austríaco iniciou-se em 2002, com a pretensão de aumentar as sinergias entre a GFA e a PSF, nomeadamente na área da logística, evitando dessa forma duplicações principalmente ao nível das comunicações e dos sistemas informáticos, diminuindo a estrutura administrativa e aumentando a presença policial nas ruas. Assim, de acordo com um estudo do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), os principais objetivos da reforma do SSI eram: evitar a proliferação de postos de comando; encurtar a cadeia hierárquica; acabar com as barreiras de funcionamento entre as forças e serviços de segurança; aumentar o número de efetivos disponíveis para policiamento nas ruas; pôr em prática novos instrumentos técnicos; dar à instituição policial uma nova imagem (IPRI, 2006).

A 1 de julho de 2005, implementando-se a reforma iniciada em 2002, passou a existir uma única polícia, a PFA. Apesar de a reforma ser vista como um sucesso, de acordo com Lutterbeck (2013), há ainda críticos ao novo SSI que afirmam que ficou excessivamente centralizado e que toda a polícia ficou mais rígida, dominando um sentido de disciplina extremo e de “obediência” cega aos superiores hierárquicos, consequência dessa mesma centralização.

2.2.2. *Rijkswacht (Gendarmerie Nationale Belge)*

A *Gendarmerie Nationale Belge* (GNB), ou *Rijkswacht*, foi criada em 1796 com os traços idênticos aos da GN francesa. Dependia essencialmente do Ministério da Defesa, sendo, tal como as congéneres italiana e francesa, um dos quatro ramos das FFAA. No SSI belga coexistiam as Polícias Municipais e a Polícia Judiciária, sendo que as Polícias Municipais tinham as mesmas competências que a GNB, atuando apenas dentro de cada município.

Em 1978, aos militares da GNB foi concedida a representação sindical, pese embora os seus representantes terem os direitos limitados, a associação profissional evoluiu mesmo para sindicato (Alves, 2008), que depressa se fez ouvir contra as condições de trabalho do pessoal.

Devido à crescente ameaça do terrorismo interno e ao aumento da criminalidade nos anos 80 e 90, deu-se um processo de desmilitarização da GNB (Lutterbeck, 2013). Assim, em 1992, a GNB deixou de estar dependente do Ministério da Defesa, e passou a depender do Ministério do Interior, perdendo o seu estatuto militar e tornando-se então numa polícia de natureza civil (IPRI, 2006). Desta forma, surgiu assim “um novo estatuto disciplinar, um novo estatuto para o recrutamento e profundas mudanças na formação” (Alves, 2008, p. 120). Estas alterações tinham como principal propósito melhorar a cooperação, colaboração e até mesmo findar com os conflitos existentes entre as três forças de polícia do país (Cabral, 2011).

Durante a década de 90, foram tomadas medidas de aproximação das três polícias, sendo “criado um Serviço Geral de Apoio Policial, composto por representantes das três entidades, que disponibilizava serviços comuns de gestão de informações policiais, de cooperação policial internacional e de informática” (IPRI, 2006, p. 55).

O caso *Dutroux*, em 1996, que consistiu num *serial killer* e pedófilo que durante as décadas de 80 e 90 sequestrou, abusou e matou várias crianças, passando despercebido às autoridades, acelerou o processo de unificação das polícias. Desta forma, a reforma do SSI iniciou-se em 1998, passando a um sistema baseado numa polícia integrada.

A GNB dissolveu-se, fundindo-se com a Polícia Judiciária, formando a Polícia Federal, e as Polícias Municipais foram transformadas em 196 Polícias Locais (Lutterbeck, 2013). As Polícias Locais têm as seis principais funcionalidades: “o acolhimento; a intervenção; a assistência policial às vítimas; a investigação local; a manutenção da ordem pública e a atuação em conformidade com o conceito de polícia de comunidade” (IPRI, 2006,

p. 59), enquanto que a Polícia Federal é essencialmente uma polícia de complementaridade, intervindo apenas quando a Polícia Local não tem capacidade para resolver o problema. Existe, portanto, uma ligação funcional e não hierárquica entre as duas polícias.

Neste caso, mostrou-se que um acontecimento pode acelerar um processo de mudança, sendo que as três forças se fundiram, criando uma polícia integrada em dois níveis (Bergmans, 2005). Este sistema também tem fragilidades e não é comumente aceite, levando autores a afirmar que “hoje se sabe que a opção belga – de uma fusão quase total e de tutela unificada – não teve muito bons resultados” (Almeida, 2014, p. 170).

2.3. Fatores de criação/evolução e de dissolução de forças tipo *Gendarmerie*

O estudo de algumas das principais *Gendarmeries* da Europa, de algumas que foram dissolvidas e de outras recentemente criadas, permite perceber em que contexto essas alterações acontecem. Interligando com a análise documental a diversos artigos redigidos por vários autores, podem considerar-se diversos fatores que permitem essas mudanças de paradigma nos sistemas de segurança.

No que concerne à de criação/evolução de *Gendarmeries*, destacam-se os seguintes fatores: político; complementaridade; retirada das FFAA da rua; convergência da segurança interna e externa e cooperação internacional.¹⁴

Quanto aos fatores que levam à dissolução de *Gendarmeries*, relevam-se os seguintes: político; histórico; administrativo; falta de cooperação e coordenação entre as polícias; duplicação e concorrência de funções e civilização contínua.¹⁵

¹⁴ Cfr. Apêndice A – Fatores de Criação/Evolução de Forças *Gendarmerie*.

¹⁵ Cfr. Apêndice B – Fatores de Dissolução de Forças *Gendarmerie*.

CAPÍTULO 3

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A NATUREZA MILITAR

3.1. A GNR como Força de Segurança de Natureza Militar

A GNR é uma organização secular, criada a 3 de maio de 1911, que substituiu outras forças de natureza militar existentes à época (Guardas Republicanas de Lisboa e Porto), não esquecendo, porém, que “foi a Guarda Real de Polícia (GRP) a verdadeira precursora da GNR, sendo nela que se iniciaram duas das suas características básicas, as quais se têm mantido até aos nossos dias: a dupla dependência e a sua classificação de Corpo Militar” (Silva, 2015, p. 208). Porém, como refere Rocha (2010), a GNR, tal como a GN, ao atuar em prol dos cidadãos, e tendo legitimidade para recorrer ao uso da força para imperar a lei e a ordem, enquadra-se no conceito de função de polícia. Função de polícia que engloba a maioria das missões da organização e dos seus Recursos Humanos (RH).

Desta forma, a GNR é “uma força com dupla função, a militar e a policial, o que a distingue e a individualiza, quer das outras forças militares (as FFAA), quer das forças policiais (as polícias civis), o que lhe atribui uma grande versatilidade e constitui a sua verdadeira mais-valia” (Branco, 2010, p. 241). Alves (2011) corrobora desta ideia, considerando que a condição militar é uma mais-valia devido ao seu estatuto institucional, à maneira de estar, às capacidades, aos modos de agir e ainda à mentalidade dos RH da GNR serem distintos dos corpos civis de polícia.

Importa de sobremaneira ter presente a definição atual de GNR, prevista no n.º 1 do art.º 1º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR): “A Guarda Nacional Republicana, (...) é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”.¹⁶ Ou seja, a GNR é ao mesmo tempo uma força de segurança e uma força militar, tendo características ímpares, elegendo-a “como força de charneira, que tanto pode complementar as atribuições da PSP como das FFAA em áreas de transição que compreendam atividades que, por um

¹⁶ Cfr. N.º 1 do art.º 1º da LOGNR.

lado, excedam o âmbito meramente civil (...) por outro, não sejam puramente militares” (Cruz, 2015, p. 116).¹⁷

Ao longo da sua história, a GNR foi mantendo e cimentando a sua identidade, baseando-a em cinco pilares fundamentais, sendo estes, segundo Branco (2010): Dupla Dependência, Justiça e Disciplina Militares, Organização Militar, Condição Militar e Polivalência de Funções. Estes pilares basilares fazem da GNR uma instituição ímpar em Portugal, sendo eles a razão da sua existência.¹⁸

3.2. Dupla Dependência Ministerial

A GNR, tal como outras forças congéneres, graças à sua natureza militar e ao seu espetro alargado de missões, depende de dois ministérios: o Ministério da Administração Interna¹⁹ e o Ministério da Defesa Nacional. Do MAI, no que respeita ao recrutamento, administração, disciplina e execução dos serviços decorrentes da sua missão geral. Depende do MDN, no que concerne à uniformização e normalização da doutrina militar do armamento e do equipamento. Em tempo de guerra ou estados de exceção (estado de sítio e estado de emergência), as forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das FFAA, através do seu Comandante-Geral.

3.3. Missões e Atribuições da GNR

A GNR como FS tem necessariamente previstas as suas missões e atribuições, sendo que “a missão confiada à Guarda Nacional Republicana é extensa, multifacetada e exercida em permanência em todo o território nacional, no Âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como na execução da política de defesa nacional” (Banco, 2010, p. 244). As atribuições da GNR estão consagradas na LOGNR²⁰, dividindo-se em atribuições genéricas “que são idênticas para as FS constituindo-se a divisão territorial como único critério de distinção” (Rocha, 2010, p. 37), e atribuições específicas da GNR, que são dez. Dessas, algumas são prosseguidas de forma exclusiva por determinadas unidades criadas para o efeito.

¹⁷ Cfr. Anexo H – Sistema de Forças Nacional.

¹⁸ Cfr. Anexo I – Pilares Identitários da GNR.

¹⁹ Cfr. N.º 1 do art.º 2º da LOGNR.

²⁰ Cfr. Art.º 3º da LOGNR.

Destas atribuições específicas enaltecem-se a fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito; a atuação como polícia fiscal e aduaneira; controlo costeiro; a proteção da natureza e do ambiente; a proteção e socorro; a representação honorífica e as missões militares. As missões da GNR advêm das atribuições elencadas no Regulamento Geral do Serviço da GNR.²¹

Para ir ao encontro das forças do tipo *Gendarmerie*, para além de se conhecer as atribuições específicas da GNR, é essencial escarpelizar as missões militares. Segundo Branco (2010), as honras de Estado²² podem-se incluir dentro das missões militares, pois são honras militares e não “honras policiais”. As honras militares de Estado “são realizadas diariamente perante as altas entidades nacionais e estrangeiras, sempre que decorre uma visita oficial ao País, bem como aos embaixadores acreditados em Portugal e em cerimónias militares no estrangeiro” (Graça, 2012, p. 52). Existindo desde a reorganização da GNR em 2007 uma unidade específica na estrutura da Guarda para desempenhar estas missões, a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE). Como corpo militar que é, cabe à GNR cumprir com as missões militares que lhe forem cometidas, no âmbito da execução da política de defesa nacional.²³ Estas missões são executadas enquadradas pelas FFAA ou de forma autónoma, conforme as suas possibilidades de atuação e sempre sob o comando direto dos quadros da Guarda.²⁴

As missões militares que podem ser confiadas à Guarda são as seguintes: missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; missões no âmbito da segurança de áreas da retaguarda; missões de contraguerrilha, como força de quadrícula; missões de ocupação e defesa de infraestruturas críticas e pontos sensíveis; missões de combate de rua; missões de operações especiais; missões de polícia militar; missões de inativação e supressão de engenhos explosivos. Ainda, em operações militares de âmbito mais vasto, está apta a cumprir as seguintes missões: guarda, ocupação e segurança de infraestruturas críticas; patrulhas de reconhecimento, ligação e contra infiltração; controlo de danos; controlo da população, de refugiados e de transviados; fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários; proteção e regulação do movimento de colunas auto e pesquisa, recolha e tratamento de informações.²⁵

²¹ Cfr. Art.º 6º do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR).

²² Nos termos do Regulamento de Continências e Honras de Militares (RCHM).

²³ Cfr. Alínea i), nº 2 do artº 3 da LOGNR.

²⁴ Cfr. Art.º 12 do artº 6 do RGSGNR.

²⁵ Cfr. Art.º 150º do RGSGNR.

Desta forma, pode-se entender que a GNR tem um elevado número de atribuições específicas e várias missões de índole militar que lhe são conferidas, em diversos níveis de atuação.

3.4. Organização Militar da GNR

Historicamente, a GNR é um corpo originário do Exército e sempre manteve a organização militar, hierarquia militar e estatuto castrense. A GNR está organizada em cinco principais escalões de comando: comando superior da guarda; unidade; grupo ou subunidade equivalente; destacamento, companhia, esquadrão ou subunidade equivalente; subdestacamento e posto.²⁶ A estrutura da Guarda²⁷ compreende: a Estrutura de Comando, as Unidades e Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda).

Integram a estrutura de comando: o comando da guarda e os Órgãos Superiores de Comando e Direção.²⁸

Ao nível das Unidades, estas subdividem-se em territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva. As unidades territoriais estão divididas em 20 Comandos Territoriais. Em referência às unidades especializadas, a GNR possui a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), a Unidade de Ação Fiscal (UAF) e a Unidade Nacional de Trânsito (UNT). A unidade de representação é a USHE e a unidade de intervenção e reserva é a Unidade de Intervenção (UI).²⁹ As unidades especializadas permitem dar cumprimento às atribuições específicas da GNR, enquanto a UI e a USHE podem desempenhar as missões militares anteriormente descritas, tendo em conta que a UI realiza o aprontamento para as missões internacionais.

3.5. Condição Militar do Efetivo da GNR

Como foi analisado anteriormente, a natureza da GNR é um dos seus elementos mais estruturantes e caracterizadores. Aliada à sua natureza, está a condição militar dos seus elementos (militares), que se encontra prevista legalmente. No entanto, a condição militar não pode ser limitada às suas normas legais, tendo que emergir nos seus militares uma

²⁶ Cfr. Art.º 4º do RGSGNR.

²⁷ Cfr. Anexo J – Estrutura Geral da GNR.

²⁸ Cfr. Art.º 21º da LOGNR.

²⁹ Cfr. Art.º 22º da LOGNR.

mentalidade militar própria, que paute o seu estado de espírito, a forma de pensar e de julgar (Alves, 2011).

A condição militar existente no efetivo da GNR reflete-se, segundo Alves (2011), nas capacidades, mentalidades e modos de agir dos militares. Deste modo, de acordo com o mesmo autor, a condição militar é baseada numa ética específica conjugada com a deontologia policial, que a torna uma mais-valia, visto que “melhora a eficácia com a disciplina e com o forte espírito de corpo; reforça a prontidão com a disponibilidade permanente e a fácil mobilização; garante lealdade e oferece austeridade e espírito de sacrifício” (Alves, 2011, p. 107). Sendo, ainda, a GNR flexível, porque pode ser dirigida por uma autoridade civil ou militar, pode desenvolver missões em ambiente pacífico ou de elevada violência, cumprindo missões, tanto policiais como militares.

Tomando em linha de conta a legislação, a condição militar aplica-se aos militares da GNR por força da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM), através do seu art.º 16.º, bem como do n.º 1 do art.º 19.º da LOGNR, o que é reforçado logo no preâmbulo do Estatuto dos Militares da GNR (EMGNR). Segundo a LBGECM, a condição militar caracteriza-se essencialmente por: subordinação ao interesse nacional; permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria; subordinação à hierarquia militar; aplicação de um regime disciplinar próprio; permanente disponibilidade para o serviço; restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades e pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da segurança social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação.³⁰

Existe outra legislação de cariz militar³¹ aplicada aos militares da GNR, prevista no EMGNR, de onde se destacam o Código de Justiça Militar (CJM), o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e o RCHM. Desta forma, o regime penal aplicável aos militares da GNR é o mesmo que o aplicável aos restantes militares das FFAA. Importa referir, no entanto, que existe desde 1999 um regulamento de disciplina próprio, Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana (RDGNR), que se aplica em tempo de paz, aplicando-se o RDM em tempo de guerra ou crise. Toda a legislação que rege a GNR assenta num pilar fundamental, a condição militar, levando Alves a afirmar que “o que faz a GNR é a condição militar” (2011, p. 107) e permite à GNR ter uma disciplina, hierarquia e justiça militares muito próprias, suportando toda a instituição e guiando os seus militares, pautando a sua conduta de uma forma ímpar.

³⁰ Cfr. Artº n.º 2 da LBGECM.

³¹ Cfr. Artº n.º 5 do EMGNR.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

4.1. Bases Lógicas da Investigação

Baseando-se em Freixo (2011), o presente RCFTIA fortaleceu-se num processo decomposto em três fases principais: a fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica.³² Estas fases, por sua vez, subdividem-se em diferentes etapas, não sendo estas estanques, mas antes um seguimento lógico para a investigação. Considera-se então “a sequência de um raciocínio lógico que o método científico nos propõe para o desenvolvimento de uma investigação, proporcionando a aquisição e desenvolvimento de competências necessárias para a idealização e concretização de projetos de investigação” (Freixo, 2011, p. 155).

A primeira fase, a conceptual, inicia-se quando o investigador procura organizar as ideias com o objetivo de delinear a investigação. Esta fase “impõe uma revisão inicial da literatura com interesse, sendo essencial para melhor situar e definir os conhecimentos de partida na área do estudo” (Freixo, 2011, p. 156). Esta revisão é efetuada intensamente e com propósito no Capítulo 1, 2 e 3 deste RCFTIA.

Quanto à fase metodológica, esta “inclui todos os elementos que ajudam a conferir à investigação um caminho ou direção” (Freixo, 2011, p. 177). Nesta fase tem-se em consideração a ética imposta em investigação e ainda é escolhido e elaborado um desenho/plano do processo de investigação.

Na fase empírica, sendo a terceira e última fase deste processo de investigação, cumpre-se o desenho de investigação previamente efetuado. Nesse momento, após a colheita e tratamento de dados, apresentam-se, interpretam-se e comunicam-se os resultados, podendo-se sugerir linhas de investigação distintas e enunciar recomendações (Freixo, 2011).

³² Cfr. Apêndice C – Fases e Etapas do Processo de Investigação.

Desta forma, este capítulo insere-se na fase metodológica, pois é elaborado um plano do processo de investigação e, assim, é essencial começar por definir a presente investigação quanto à natureza, ao método de abordagem, ao método de procedimento e aos objetivos.

4.1.1. Natureza da Investigação

A natureza da investigação é a que está normalizada para os relatórios finais de mestrado para o curso de Ciências Militares na especialidade de segurança que é a Investigação Aplicada, tendo como objetivo encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos adquiridos no decurso da realização do trabalho.

Assim, o presente RCFTIA³³ cumpre com a metodologia científica utilizada nas ciências sociais, seguindo como fio condutor para a sua redação e normativo, as orientações dadas pela AM, explanadas na Norma de Execução Permanente (NEP)³⁴, elaborada para o efeito, e as normas da *American Psychological Association* (APA). O trabalho respeitará essencialmente a metodologia em consonância com a explanada por Freixo (2011). Nos casos em que esta é omissa, quando é necessário complementar, a metodologia adotada é a prevista por Sarmento (2008), Quivy & Campenhoudt (2008) e a definida por Lakatos e Marconi (2003).

É deveras importante perceber que a “metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequados aos objetivos que se pretendem atingir” (Sousa & Baptista, 2011, p. 52). Assim, para qualquer investigação científica é necessário escolher um método a utilizar, método este que define os procedimentos para atingir um determinado objetivo, e é aclarado por Freixo como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido” (2011, p. 80).

4.1.2. Método quanto à Abordagem

Quanto à abordagem, a realização deste RCFTIA foi alicerçada no método hipotético-dedutivo. Este método, caracteriza-se pela formulação de hipóteses que “são proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmento,

³³ Cfr Apêndice D – Desenho de Estudo da Investigação.

³⁴ Cfr. NEP nº 522, de 20 de janeiro de 2016, da Academia Militar.

2008, p. 9). Partindo de uma natureza dedutiva, em que “parte da lei geral, da teoria, a que se chega mediante razão e a partir dela se deduzir consequências lógicas aplicáveis à realidade” (Freixo, 2011, p. 77). Desta forma, estudando os fatores que, de uma forma geral, levam às alterações e reformas das forças tipo *Gendarmerie*, pretende-se perceber de que forma esses mesmos fatores influenciam a GNR. Assim, se todas as premissas são verdadeiras, nomeadamente quanto aos fatores que se pretendem estudar, a conclusão deve ser verdadeira, ou seja, parte da conclusão já estava implícita nas premissas iniciais (Lakatos & Marconi, 2003). Desta forma, nasceram as hipóteses, que posteriormente são corroboradas ou refutadas.

4.1.3. Método quanto ao Procedimento

Quanto ao procedimento, será utilizado o método comparativo, tendo em linha de conta que os fenómenos sociais são mais facilmente apreendidos se forem comparados com outros casos ou situações que apresentam semelhanças ou diferenças entre si, sendo que permite dissecar os elementos existentes numa estrutura, podendo identificar eventuais vínculos, que existam nos fatores presentes e inexistentes (Lakatos & Marconi, 2003).

4.1.4. Método quanto ao Objetivo

Tendo em conta que o objetivo do presente estudo é identificar e descrever os fatores que contribuem para a eclosão e dissolução de forças do tipo *Gendarmeries* e dessa forma perspetivar linhas força de reconfiguração para a GNR, o método a utilizar na investigação é o método descritivo-explicativo. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008), este método envolve técnicas padronizadas na recolha de dados, como entrevistas, procurando-se explicar o porquê das coisas, procurando identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenómenos.

4.2. Modelo de Análise, Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses de Investigação

Qualquer trabalho de investigação pressupõe um Modelo de Análise (MA) mais ou menos desenvolvido que permite ao investigador saber aquilo que vai estudar de uma forma esquemática, depois de efetuada a revisão de literatura e estarem bem definidos todos os

conceitos. O MA operacionaliza a investigação sendo que “o grande contributo do modelo de análise para o projeto de investigação é proporcionar um enfoque teórico, e permitir que não haja uma dispersão do investigador quanto aos conceitos a estudar e respetiva recolha de dados” (Sousa & Baptista, 2011, p. 45). É necessário seguir uma sequência lógica para elaborar um bom MA.³⁵

Nesta fase, importa referir a QC apresentada no primeiro capítulo para que se possam elencar e compreender as Questões Derivadas (QD). A QC deste TIA é a seguinte: **“Quais as linhas força para a reconfiguração da Guarda Nacional Republicana tendo em conta a eclosão de *Gendarmeries* e dissolução de outras?”**.

Do mesmo modo que a QC procura dar resposta ao objetivo geral do trabalho, são criadas QD com o intuito de responder aos objetivos específicos definidos. De acordo com estes objetivos são então definidas as seguintes QD:

QD 1: Será a força *Gendarmerie* (GNR), em Portugal, uma mais-valia, tendo em conta as suas potencialidades e vulnerabilidades?

QD 2: Quais os fatores que contribuem para a evolução de forças *Gendarmerie*?

QD 3: Quais os fatores que contribuem para a dissolução de forças *Gendarmerie*?

As hipóteses apresentam-se como respostas provisórias às perguntas da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2005). Assim, com base na revisão da literatura realizada, elaboraram-se enunciados de carácter hipotético-dedutivo, HI, para cada questão:

HI 1: A GNR é uma mais-valia, em Portugal, tendo em conta as suas potencialidades e vulnerabilidades.

HI 2: Os fatores que levam a alterações nas forças de *Gendarmerie* prendem-se essencialmente com as alterações do ambiente de segurança.

HI 3: Os fatores que levam à dissolução de *Gendarmeries* são económicos e políticos.

4.3. Tipo de Abordagem

A investigação científica pode realizar-se de formas distintas, podendo-se descrever os fenómenos que estão a ser investigados, explicar as relações e correlações entre fenómenos distintos, entre outros. De forma a conseguir-se dar resposta a estes fenómenos, o investigador pode usar três tipos de abordagem, sendo elas a quantitativa, a qualitativa e a mista. Para dar resposta ao presente problema de investigação, a abordagem realizada é a

³⁵ Cfr. Apêndice E – Processo de Laboração de um Modelo de Análise.

qualitativa. Não obstante, o facto de a natureza dos dados ser qualitativa, não significa que estes não possam ser tratados de forma também quantitativa tal como sucede na análise dos resultados do presente RCFTIA.

Esta abordagem de investigação “surgiu como alternativa ao paradigma positivista e à investigação quantitativa, os quais se mostraram ineficazes para a análise e estudo da subjetividade inerente ao comportamento e à atividade das pessoas e das organizações” (Sousa & Baptista, 2011, p. 56). Este último aspeto assume especial relevância visto que este RCFTIA alude e estuda organizações, FS de natureza militar e em especial a GNR. A abordagem utilizando a investigação qualitativa é essencialmente descritiva, os resultados conseguidos são em forma de palavras e não de números, podendo conter transcrições de entrevistas, pois tudo tem que ser esmiuçado por parte do investigador para uma melhor compreensão do objeto que está a ser estudado (Bogdan & Biklen, 1994). Portanto, através da análise de entrevistas e de documentos, esta investigação permite gerar dados descritivos que se exige que sejam precisos e minudenciados.

4.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

A presente investigação, como visto anteriormente, assenta na matriz qualitativa. Para tal, é necessário usar determinados métodos e técnicas de recolha de dados, que são “o conjunto de processos operativos que nos permite recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental do processo de investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p. 70).

É importante o recurso a diferentes técnicas de recolha de dados, pois permite analisar de forma distinta assuntos comuns, o que possibilita confirmar ou inferir a veracidade das informações e ainda complementar as mesmas. Desta forma, foram usadas como técnicas de recolha de dados, a análise documental e a realização de entrevistas.

4.4.1. Análise Documental

A análise documental, como referem Sousa & Baptista (2011), assume-se como uma técnica essencial na investigação qualitativa, podendo-se descobrir através desta técnica novos aspetos sobre o assunto a tratar. É possível, também complementar informações recolhidas através de outras técnicas. A análise documental estabeleceu uma grande parte do esforço deste trabalho, tendo sido analisada uma panóplia de livros, artigos, documentos, textos e legislação com relevância para o assunto a tratar. Muitos desses livros e artigos

foram consultados a partir de bases de dados da internet como a Elton Bryson Stephens Company (EBSCO) ou o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), e nas bibliotecas da AM, da Escola da Guarda (EG) e da GNR.

4.4.2. Entrevistas

A segunda técnica de recolha de dados empregue neste trabalho foi a entrevista. Esta técnica foi escolhida porque “a entrevista permite uma maior possibilidade de obter informações sobre temas complexos e carregados de emoção, uma taxa de resposta elevada e a obtenção de respostas detalhadas” (Fortin, 2009, p. 379). Esta técnica permite ainda “ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

Desta forma, possibilitou-se que pessoas com um vasto conhecimento sobre a temática pudessem expor as suas ideias e justificar as suas respostas, pois, tal como indicam Quivy e Campenhoudt (2005), a entrevista permite retirar informações muito ricas, através da recolha de experiências.

Para a concretização das entrevistas foi tido em conta o procedimento exposto por Sarmento (2008). Por conseguinte, nas entrevistas individuais, recolheu-se informação demográfica³⁶ sobre o entrevistado, bem como a data, local e hora da entrevista.

As entrevistas dividem-se em três tipos distintos: estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Nesta investigação a escolha recaiu na entrevista semiestruturada. Estamos perante uma entrevista semiestruturada “quando o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados” (Sarmento, 2008, p. 17). No entanto, apesar da liberdade dada ao entrevistado, este não pode fugir muito do tema.

Como suprarreferido, a entrevista semiestruturada exige um guião de entrevista, que, “é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização de uma entrevista” (Sousa & Baptista, 2011, p. 83). Esse guião é composto por um conjunto de questões, que pode ser ou não ordenado. Nesta linha de pensamento, foi construído um guião de entrevista³⁷, por forma a conduzir as entrevistas realizadas nesta investigação. É importante salientar que, antes da concretização das entrevistas, foi enviada

³⁶ Nomeadamente o nome, idade, género e posto.

³⁷ Ver Apêndice F – Guião da Entrevista.

uma carta de apresentação³⁸ a cada elemento a ser entrevistado, sendo as mesmas gravadas para posterior transcrição e análise, com autorização dos entrevistados.

4.4.3. Amostragem: Composição e Justificação

Para dar procedimento à investigação, foi selecionada uma amostra de indivíduos a entrevistar. Entende-se que uma amostra “é constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população, consistindo a amostragem num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada” (Freixo, 2011, p. 182).

Segundo Freixo (2011), existem duas categorias de amostra: amostragem probabilística e amostragem não probabilística. Neste trabalho elegeu-se a amostragem não probabilística que é definida como o “processo pelo qual todos os elementos da população não têm a mesma probabilidade de serem selecionados para integrarem a amostra” (p. 183).

Dentro da categoria escolhida, amostragem não probabilística, subsistem quatro técnicas: amostragem accidental, por quotas, por redes e por seleção racional. Esta última técnica, amostragem por seleção natural, foi a utilizada pois permite ao entrevistador escolher os indivíduos a entrevistar tendo em conta as suas características e os objetivos do estudo (Freixo, 2011).

Desta forma, foi selecionada uma amostra constituída por oito elementos, como pode-se observar na tabela nº. 13³⁹. Os entrevistados foram escolhidos por estarem dedicados à área de segurança interna, nomeadamente membros do Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança (GRES), entre eles o Presidente Nelson Lourenço. Também foram selecionados oficiais que tenham sido comandantes da EUROGENFOR, ou que lá tenham exercido funções, oficiais estes que têm mais informações sobre as diversas congéneres da GNR.

4.5. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados

Após a recolha de dados, e independentemente da abordagem escolhida, a análise dos dados é uma etapa fundamental no processo de investigação. A análise de dados é o processo de decomposição de toda a informação recolhida, em que o investigador seleciona a informação mais relevante que proporcione respostas às questões de investigação (Sousa & Baptista, 2011).

³⁸ Ver Apêndice G – Carta de Apresentação.

³⁹ Ver Apêndice H – Caracterização dos Entrevistados.

Nesta análise de dados, foi utilizada a metodologia proposta por Guerra (2006), nomeadamente na transcrição, leitura e construção das sinopses das entrevistas. As sinopses das entrevistas “são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (p. 73). Estas sinopses são representadas através dos quadros propostos por Guerra, conseguindo-se desta forma um menor volume de material, mantendo a mensagem essencial dos entrevistados, permitindo a comparação entre entrevistas.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos através das entrevistas, que constituem a base da recolha de informação deste trabalho de investigação. De acordo com Freixo (2011), estes resultados “são analisados e apresentados de forma a facultar uma ligação lógica com o objeto do estudo do problema proposto” (p. 214).

5.1. Apresentação e Análise das Entrevistas

Na análise das entrevistas efetuadas, as respostas dos entrevistados são comparadas objetivamente, de forma poder-se extrair as principais ilações relativas a cada questão.

De acordo com Freixo (2011), esta análise inicia-se com a classificação dos dados, para, posteriormente, efetuar-se a codificação e tabulação, e, por fim, dissecarem-se as respostas obtidas. Assim, após efetuadas as transcrições e sinopses⁴⁰ das entrevistas, classificam-se os dados, segundo cada pergunta (P) do guião de entrevista, representando cada uma com um número.

De forma a que os resultados fossem mais facilmente analisados e discutidos, procedeu-se à segmentação e codificação⁴¹ das respostas dadas, com as ideias mais importantes de cada um dos entrevistados (E). As percentagens de resposta apresentadas são arredondadas à unidade para facilitar a sua análise.

5.1.1. Apresentação e Análise da Pergunta 1

Ao analisarem-se as respostas à pergunta P1: **“Na sua perspetiva, quais as principais potencialidades das forças de *Gendarmerie* em atividades de segurança**

⁴⁰ Cfr. Apêndice I – Análise do conteúdo das respostas às perguntas.

⁴¹ Cfr. Apêndice J – Codificação das Respostas.

interna?”, expressas na tabela n.º 1, evidenciam-se algumas potencialidades das forças de *Gendarmerie*.

Dos oito entrevistados, seis (75%), destacam como potencialidades a “interoperabilidade com as forças armadas, devido à sua estrutura, hierarquia e formação” e o “grau de prontidão elevado e permanente disponibilidade para o serviço devido à sua condição militar”.

Ao mesmo tempo, cinco dos entrevistados (63%) destacam como mais-valia o facto das *Gendarmeries* serem “forças direccionadas para o território, com estrutura operacional disseminada por todo o território nacional e para controlo de fronteiras”.

Metade dos entrevistados referiu ainda como potencialidade a “versatilidade/flexibilidade de atuação, tendo capacidade de cumprir um largo espectro de missões com um leque variado de meios”.

Foram evidenciadas outras duas potencialidades evidenciados são as *Gendarmeries* serem “forças direccionadas para os movimentos, para o controlo de trânsito, mercadorias e pessoas” e o facto de estas efetuarem “policiamento de proximidade”. Estas duas potencialidades foram referidas por dois (25%) entrevistados.

De ressaltar ainda que apenas o E4 referiu a “maior eficácia: com o mesmo ou menor efetivo garante segurança numa maior área e a mais população” como resposta.

Tabela n.º 1 - Análise quantitativa das respostas à P1

Análise Quantitativa – P1										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P1.1	X		X	X	X		X		5	63%
P1.2	X			X					2	25%
P1.3	X	X	X		X		X	X	6	75%
P1.4	X	X	X	X		X		X	6	75%
P1.5			X	X		X		X	4	50%
P1.6				X					1	13%
P1.7			X				X		2	25%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.2. Apresentação e Análise da Pergunta 2

As respostas à pergunta P2: “No seu ponto de vista, quais as principais vulnerabilidades das forças de *Gendarmerie* em missões de segurança interna?”, traduzidas em dez segmentos referidos na tabela n.º 2, demonstram que quatro (50%) dos entrevistados consideram que “não existem vulnerabilidades específicas de uma força de *Gendarmerie* tendo as mesmas vulnerabilidades das polícias civis”.

Metade dos entrevistados também refere como principal vulnerabilidade o “preconceito da população ao considerar a forma de atuação militar, musculada e demasiado rígida”.

Depois, foram obtidas três respostas distintas, cada uma afirmada por apenas um (13%) entrevistado. O E1 referiu que será uma vulnerabilidade estas forças “estarem submetidas à tutela militar”. A “incompreensão do poder político, por questões ideológicas considerarem que as polícias deveriam ser civis”, é-nos indicada como vulnerabilidade pelo E3.

Uma última vulnerabilidade, referida pelo E7, destaca que a existência de uma força de *Gendarmerie* pode originar uma “conflitualidade com as restantes forças de segurança, podendo levar a uma falta de coordenação e articulação entre elas”.

Tabela n.º 2 - Análise quantitativa das respostas à P2

Análise Quantitativa – P2										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P2.1	X				X	X	X		4	50%
P2.2	X								1	13%
P2.3		X		X			X	X	4	50%
P2.4			X						1	13%
P2.5							X		1	13%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.3. Apresentação e Análise da Pergunta 3

Na pergunta P3: “Na sua opinião, quais foram os fatores que levaram à integração da *Gendarmerie* nas forças civis de polícia nos casos da Bélgica e da Áustria?”, foram obtidos quatro segmentos, tal como se pode observar na tabela n.º 3, todos com uma elevada percentagem de resposta, sendo que um dos entrevistados (E6) preferiu não responder a esta questão.

O segmento mais expressivo, exposto por cinco (71%) dos entrevistados, evidencia o fator sociocultural. Os outros fatores, referidos por quatro (57%) dos entrevistados são os seguintes: políticos, económicos e a falta de coordenação e cooperação entre as polícias. É importante salientar também que apenas o E2 aludiu a todos os fatores.

Tabela n.º 3 - Análise quantitativa das respostas à P3

Análise Quantitativa – P3										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P3.1	X	X	X	X		NR			4	57%
P3.2	X	X		X	X	NR			4	57%
P3.3		X			X	NR	X	X	4	57%
P3.4		X		X	X	NR	X	X	5	71%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.4. Apresentação e Análise da Pergunta 4

Os dados obtidos na pergunta P4: “Como considera que as forças do tipo *Gendarmerie*, nomeadamente a *Gendarmerie Nationale*, a *Guardia Civil* e a *Arma Dei Carabinieri* são suscetíveis de evoluir no seio da Europa?”, com base na análise registada na tabela n.º 4, revelam que grande parte dos entrevistados, cinco (63%), considera que estas forças vão “manter a identidade e adaptarem-se aos novos desafios”.

Dois (25%) dos entrevistados entendem que “a dimensão e importância destas forças vai aumentar progressivamente”.

Existem ainda outros três segmentos com respostas distintas (13%). O E1 entende que estas forças “vão racionalizar os meios, evitando duplicações”, enquanto que o E2 refere

que poderá haver uma “eventual desmilitarização” e ainda que estas forças terão que “demonstrar que são competentes a desempenhar as suas missões e no serviço que prestam ao cidadão”.

Tabela n.º 4 - Análise quantitativa das respostas à P4

Análise Quantitativa – P4										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P4.1	X								1	13%
P4.2	X					X			2	25%
P4.3		X							1	13%
P4.4		X							1	13%
P4.5			X	X	X		X	X	5	63%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.5. Apresentação e Análise da Pergunta 5

Relativamente à pergunta P5: “No processo de entrada da Turquia na União Europeia (UE), uma das exigências feita foi que o comando geral da *Gendarmerie* Turca passasse a ser civil. Do seu ponto de vista, considera que a UE não vê utilidade nas forças de segurança de natureza militar existentes?”, como se pode observar na tabela n.º 5, a maioria dos entrevistados, sete (86%), atentam que a UE considera que as *Gendarmeries* “são úteis” sendo que “a *Gendarmerie* Turca tem características muito específicas do país, e para entrar na UE têm que se adaptar e fazer algumas alterações”.

Apenas o E6 correspondendo a 14% dos entrevistados, defende que a “dimensão da *Gendarmerie* Turca poderá, caso o país entre para a UE, desequilibrar os modelos policiais na Europa”. O E5 não respondeu a esta pergunta.

Tabela n.º 5 - Análise quantitativa das respostas à P5

Análise Quantitativa – P5										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P5.1	X	X	X	X	NR		X	X	6	86%
P5.2					NR	X			1	14%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.6. Apresentação e Análise da Pergunta 6

De acordo com a pergunta P6: “**No atual panorama nacional justifica-se a existência de uma Força de Segurança de natureza militar? Justifique.**”, e visualizando a tabela n.º 6, verifica-se que a totalidade dos entrevistados considera que se justifica uma FS de natureza militar no atual panorama nacional.

Tabela n.º 6 - Análise quantitativa das respostas à P6

Análise Quantitativa – P6										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P6.1	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.7. Apresentação e Análise da Pergunta 7

Quanto à pergunta P7: “**Na sua opinião, havendo uma profunda reforma na área da segurança em Portugal, qual seria o modelo mais adequado, e quais as razões desta sua escolha?**”, extrapolaram-se seis segmentos, de acordo com o registado na tabela n.º 7. Um dos segmentos foi afirmado pela totalidade dos entrevistados, que se prende com “definir as competências (específicas) de cada polícia evitando duplicações”.

Sete (88%) dos entrevistados referiram que o modelo mais adequado visa “diminuir/evitar a proliferação de órgãos de polícia criminal”. Com seis respostas (75%), surge a “manutenção do sistema dual”, como modelo mais adequado.

Uma alteração no modelo, identificada por cinco (63%) dos entrevistados, incide num “aumento das capacidades e competências do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI)”.

Metade dos entrevistados referiu ainda como alteração ao modelo “uma tutela única para as polícias”. Foi também apresentado um segmento pelo E5 (13%), que defende que num novo modelo de segurança interna tem que haver a “criação de um conceito estratégico de segurança interna”.

Tabela n.º 7 - Análise quantitativa das respostas à P7

Análise Quantitativa – P7										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P7.1		X	X	X		X	X	X	6	75%
P7.2	X			X	X		X		4	50%
P7.3	X	X	X	X		X	X	X	7	88%
P7.4	X		X	X	X		X		5	63%
P7.5	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%
P7.6					X				1	13%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.8. Apresentação e Análise da Pergunta 8

Atendendo às repostas à pergunta P8: “**Tendo em conta esta reforma, ao nível da GNR que alterações deveriam ser efetuadas? Justifique.**”, e analisando a tabela n.º 8, verifica-se que metade dos entrevistados indica que a GNR tem que se “adaptar consoante as competências específicas que lhe sejam atribuídas”.

Um quarto dos entrevistados indicou que deve existir uma “racionalização do sistema da GNR, tornando-o mais eficiente” e que se deve “aumentar a capacidade de comando e controlo do comando operacional”.

Verificam-se dois segmentos com respostas unitárias. O E1 menciona que se deve “unir a valência costeira com a valência fiscal” na GNR. Já o E5 considera que deve “existir uma formação com mais pontos de contacto entre PSP, GNR e Polícia Judiciária (PJ)”. Três dos entrevistados não responderam.

Tabela n.º 8 - Análise quantitativa das respostas à P8

Análise Quantitativa – P8										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P8.1	X				X	NR	NR	NR	2	25%
P8.2	X					NR	NR	NR	1	13%
P8.3	X	X				NR	NR	NR	2	25%
P8.4		X	X	X	X	NR	NR	NR	4	50%
P8.5					X	NR	NR	NR	1	13%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.9. Apresentação e Análise da Pergunta 9

Em relação à pergunta P9: “Tendo em conta os atuais fenómenos globais como as migrações, o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, quais as valências que as Forças de Segurança deveriam desenvolver e aprimorar?”, é possível afirmar, através da tabela n.º 9, que as FS deveriam desenvolver e aprimorar a vertente da “recolha e partilha das informações”, de acordo com sete (88%) dos entrevistados.

Existindo quatro respostas mencionadas por 25% dos entrevistados, destarte, deve ser melhorada a “coordenação e cooperação entre as polícias”, a “cooperação internacional”, deve-se “aumentar a capacidade de inativação de engenhos explosivos” e “aumentar a capacidade de vigilância costeira”.

Segundo o E3, as FS devem “dotar-se de mais e melhores meios informáticos e tecnológicos” e de acordo com o E6 estas devem “desenvolver a área de combate à cibercriminalidade”.

Tabela n.º 9 - Análise quantitativa das respostas à P9

Análise Quantitativa – P9										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P9.1	X	X	X	X	NR	X	X	X	7	88%
P9.2		X		X	NR				2	25%
P9.3		X			NR			X	2	25%
P9.4		X	X		NR				2	25%
P9.5			X		NR	X			2	25%
P9.6			X		NR				1	13%
P9.7					NR	X			1	13%

Fonte: Elaboração Própria

5.1.10. Apresentação e Análise da Pergunta 10

Observando os resultados da pergunta P10: **“Considera que os corpos civis de polícia estão preparados para dar resposta a estes fenómenos atuais? Se sim, quais as suas reais capacidades de intervenção?”**, atendendo à tabela n.º 10, é permitido inferir, através de três entrevistados (38%), que os corpos civis de polícia estão preparados para dar resposta aos fenómenos atuais.

Outros três entrevistados indicam, no entanto, que para estes fenómenos “a força de segurança de natureza militar está melhor preparada”. E ainda dois (25%) dos entrevistados explicitam que “cada força tem as suas competências, e para elas está preparada. As forças de segurança civis estão mais bem preparadas para a investigação e as forças de segurança de natureza militar mais preparadas para atuar num incidente tático policial”.

Tabela n.º 10 - Análise quantitativa das respostas à P10

Análise Quantitativa – P10										
Segmentação	Entrevistados								Frequência	Percentagem
	1	2	3	4	5	6	7	8		
P10.1						X	X	X	3	38%
P10.2		X	X	X					3	38%
P10.3	X				X				2	25%

Fonte: Elaboração Própria

5.2. Discussão dos Resultados

Após o enquadramento teórico, análise documental, apresentação e análise dos resultados das entrevistas, cabe agora relacionar e discutir os dados recolhidos na revisão de literatura com os resultados das entrevistas.

5.2.1 Potencialidades das *Gendarmeries*

Ao nível das potencialidades das forças de segurança do tipo *Gendarmerie* foram identificadas, por parte dos entrevistados, sete potencialidades: a interoperabilidade com as FFAA, a disponibilidade, a dispersão pelo território nacional, a versatilidade/flexibilidade de atuação, serem forças direcionadas para os movimentos, o policiamento de proximidade e ainda a maior eficácia e eficiência.

Das sete potencialidades identificadas, pode-se verificar que cinco delas foram referidas no subcapítulo 1.4, explanadas no Anexo B (Potencialidades das Forças do Tipo *Gendarmerie*), não obstante estas serem mais direcionadas para as operações de apoio à paz.

As duas potencialidades identificadas pelos entrevistados, que não se encontram presentes no referido anexo são a disponibilidade e o facto de serem forças direcionadas para os movimentos. Destarte, pode-se concluir que as potencialidades das forças do tipo *Gendarmerie* são sensivelmente as mesmas, igualmente importantes, tanto em missões de segurança interna, como em operações de apoio à paz.

5.2.2 Vulnerabilidades das *Gendarmeries*

Quanto às vulnerabilidades das forças de segurança do tipo *Gendarmerie*, apesar de a maioria dos entrevistados considerar que as vulnerabilidades são as mesmas das forças de segurança de natureza civil, elencaram outras quatro vulnerabilidades.

A primeira vulnerabilidade que se torna importante destacar, é o facto de a natureza militar das forças do tipo *Gendarmerie* não ser totalmente aceite pelas populações nas missões de policiamento.

Para além desta, as restantes três vulnerabilidades prendem-se com a conflitualidade, falta de coordenação e articulação que pode existir quando há uma força do tipo *Gendarmerie*, e o facto do poder político considerar que as polícias devem ser civis e, ainda,

poderá ser considerada uma vulnerabilidade, quando estas forças estão submetidas à tutela militar, ou seja, do Ministério da Defesa.

No Anexo C (Vulnerabilidades das Forças do Tipo *Gendarmerie*), referenciado no subcapítulo 1.4, estão elencadas vulnerabilidades direcionadas para as operações de apoio à paz. No entanto, estão presentes três vulnerabilidades que se prendem com as extraídas das entrevistas: o modelo (a natureza militar não ser aceite pelas populações para ações de policiamento), a duplicação (ainda que seja em âmbitos diferentes, leva à falta de coordenação e articulação entre diferentes tipos de forças), e ainda a política (relacionada com o poder político).

A única vulnerabilidade que não se encontra presente no Anexo C tem a ver com a sujeição à tutela da defesa.

A partir desta análise, pode-se perceber que as vulnerabilidades se encontram presentes nos vários tipos de missões, no entanto, estas vulnerabilidades não se prendem com as características das forças tipo *Gendarmerie*, mas sim com as ideias quer das populações quer do poder político.

5.2.3 Fatores de Dissolução de *Gendarmeries*

No que concerne à dissolução das forças do tipo *Gendarmerie*, foram levantados diversos fatores, apresentados no subcapítulo 2.3, e no Apêndice B (Fatores de Dissolução de Forças *Gendarmerie*), nomeadamente: fatores políticos, históricos e administrativos; falta de cooperação e coordenação entre as polícias; duplicação e concorrência de funções e civilização contínua.

Dois destes fatores foram expressamente referidos pelos entrevistados na resposta à P3, os fatores políticos e a falta de cooperação e coordenação entre as polícias. Ainda assim, o fator de dissolução de *Gendarmeries* referido por mais entrevistados foi o sociocultural, que se encontra intimamente ligado a dois dos fatores identificados no enquadramento teórico, nomeadamente o fator histórico e a civilização contínua.

O único fator que se extrapolou das entrevistas, não tendo sido referido diretamente no enquadramento teórico, foi o fator económico. No entanto, alguns dos entrevistados asseguraram que não está devidamente comprovado que ter uma polícia nacional seja efetivamente menos dispendioso do que ter duas polícias.

Desta forma, pode-se inferir que os dois fatores proeminentes na dissolução de forças de *Gendarmerie* são o fator político e a falta de cooperação e coordenação entre as polícias.

5.2.4 Evolução da *Gendarmerie Nationale*, *Guardia Civil* e *Arma Dei Carabinieri*

A maioria dos entrevistados, quando questionados acerca da evolução das principais congêneres da GNR, a *Gendarmerie Nationale*, *Guardia Civil*, e *Arma Dei Carabinieri*, foi perentória ao afirmar que estas forças vão manter a identidade e irão adaptar-se aos novos desafios.

Analisando o subcapítulo 2.1 deste trabalho, pode-se afirmar que efetivamente a GN tem-se adaptado às missões específicas que lhe são atribuídas, através de alterações estruturais e funcionais, de forma a responder cabalmente a essas missões. Estas alterações são efetuadas mantendo o estatuto militar dos seus elementos bem vincado.

Os Carabinieri têm o estatuto, estrutura e hierarquia militar ainda mais vinculados, não tendo efetuado tantas alterações, dependendo ainda do Ministério da Defesa. No entanto, criaram diversas unidades altamente qualificadas.

A GC tem atribuídas missões específicas e tem-se adaptado a elas, nomeadamente através da aquisição de navios patrulha e helicópteros para combater o flagelo da imigração ilegal.

Dois dos entrevistados consideram que a dimensão e importância destas forças vai aumentar progressivamente, no entanto, como se pode observar no Anexo F (Desenvolvimento do efetivo de *Gendarmeries*), a dimensão do efetivo destas forças não tem vindo a aumentar, mantendo-se bastante regular e até chegando a diminuir em alguns anos. Já em termos de importância, esta tende a aumentar no que toca a missões internacionais e, também, no combate a alguns fenómenos como a imigração ilegal.

Um dos entrevistados referiu que estas forças vão racionalizar os meios, evitando desta forma duplicações. Efetivamente, está a existir um reforço de cooperação entre a GN e a PN em França. Também em Espanha a cooperação está a ser reforçada entre as duas principais polícias, tendo sido criada uma direção geral para as duas polícias.

Quanto ao carácter da eventual desmilitarização, levantada somente por um entrevistado, pode-se considerar que ela existe, como se pode constatar no exemplo da GN na reforma de 2009, em que quase todas as competências passaram do Ministério da Defesa para o Ministério do Interior. No caso da Itália já existe um horário semanal fixado em 36 horas e, em Espanha, o diretor da GC é civil.

Em termos da resposta de um entrevistado, que reflete que estas forças devem demonstrar que são competentes a desempenhar as suas missões e no serviço que prestam ao cidadão, as alterações efetuadas na GN têm em vista responder também às expectativas,

bem como à consideração de todos os cidadãos franceses que reveem a instituição como defensora dos seus direitos, liberdades e garantias.

Tendo em consideração tudo o que foi referido, pode-se deduzir que as forças do tipo *Gendarmerie* têm vindo a adaptar-se continuamente ao longo da história, mesmo que para isso tenham de abdicar de algumas das suas características identitárias, mas nunca perdendo o seu estatuto militar.

5.2.5 Utilidade e Justificação de uma FS de Natureza Militar

Grande parte dos entrevistados afirmou que a UE vê utilidade nas forças de *Gendarmerie*, o que se pode observar pela utilização destas forças quer estejam ou não integradas sob a égide da EUROGENFOR.

Todos os entrevistados consideram que se justifica a existência de uma FS de natureza militar no nosso país, neste caso a GNR. A verdade é que, analisando a história, as antecessoras da GNR sempre se adaptaram, independentemente do regime existente e das convulsões sociais.

Historicamente, a GNR tem um papel preponderante em Portugal, e o sistema dual permite um equilíbrio e eficácia na segurança interna do país.

5.2.6 Alterações ao Modelo de Segurança Interna, nas FS e na GNR

A haver alterações no modelo de segurança interna, todos os entrevistados consideram que têm que ser definidas as competências específicas de cada polícia, evitando duplicações. A segunda alteração mais mencionada foi a diminuição do número de órgãos de polícia criminal.

A inexistência da definição das competências específicas e a proliferação de órgãos de polícia criminal desembocam em fatores de dissolução de *Gendarmeries*, tal como analisado anteriormente, ou seja, a duplicação de funções e a falta de cooperação e coordenação entre polícias.

Grande parte dos entrevistados sugere a manutenção do sistema dual, tal como tem acontecido nas reformas dos principais países com este modelo. Metade dos entrevistados propõe que as polícias deveriam estar debaixo de uma única tutela, tal como tem acontecido nos outros países: a passagem da FS de natureza militar para a tutela do interior e a passagem da polícia de investigação criminal para a alçada do mesmo ministério.

Na Europa, só em Portugal é que a polícia de investigação criminal, PJ, depende do Ministério da Justiça. A Polícia Marítima também tem dependência do Ministério da Defesa, devendo passar para o Ministério da Administração Interna. Outras duas potenciais alterações seriam a incrementação de poderes no SGSSI para melhorar a cooperação e coordenação entre as polícias e ainda criar um conceito estratégico de segurança interna, tal como existe para a defesa nacional.

Como visto anteriormente, as forças de *Gendarmerie* devem adaptar-se às novas exigências e às competências específicas que lhe sejam atribuídas, não sendo a GNR uma exceção, tal como indicam os entrevistados na P8.

Apesar da atual estrutura da GNR, apresentada no Anexo J (Estrutura Geral da GNR), que advém da LOGNR de 2007, há entrevistados que defendem que se deve voltar a unir a valência costeira (UCC) com a valência fiscal (UAF) e que o comando operacional tem que ter maior capacidade de comando, nomeadamente sobre os comandos territoriais, que devido ao facto de estarem tão descentralizados e de não existir uma estrutura intermédia, tornam difícil o seu comando e controlo por parte do comando operacional.

Foi ainda referido que uma forma de aumentar a cooperação e coordenação entre as polícias seria a GNR ter uma formação com mais pontos de contacto com a PSP e a PJ, mas não a criação de um estabelecimento de ensino comum.

Para combater os atuais fenómenos globais das migrações, terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, as FS devem desenvolver e aprimorar algumas valências. Uma dessas valências é a costeira (referida também por alguns dos entrevistados), que deve ser desenvolvida para o combate a este tipo de fenómenos. Tal como descrito no enquadramento teórico, a valência costeira encontra-se presente tipicamente nas *Gendarmeries*, incluindo a GNR. Tanto a GC como os *Carabinieri* estão, inclusive, a aumentar as suas frotas e os seus navios patrulha, para combater o flagelo da migração, entre outros. Os entrevistados referiram ainda outras valências, sendo as mais expressivas as informações e a coordenação e cooperação entre polícias.

Como anteriormente referenciado, a falta da partilha de informações e de cooperação entre polícias pode originar ruturas no modelo de segurança interna e levar à dissolução das forças de tipo *Gendarmerie*.

Desta forma, percebe-se que ao aprimorar as valências que permitem combater os atuais fenómenos globais suprarreferidos, também se mitigam fatores que podem levar à dissolução das forças de tipo *Gendarmerie*, tais como a falta de coordenação e cooperação entre polícias.

Para compreender se os corpos civis de polícia estão preparados para dar resposta a estes fenómenos é necessário entender que existem dois tipos principais de formas de combate ao terrorismo, a *intelligence* e a investigação criminal. Para detetar eventuais terroristas, a PJ sendo uma força civil é a que se encontra mais bem preparada, apesar de a GNR e a PSP também terem estruturas de investigação criminal que podem auxiliar a PJ (sendo o terrorismo e o crime organizado uma competência da PJ). Quando existe efetivamente um ataque terrorista, aí sim, uma FS de natureza militar pode eventualmente estar melhor preparada devido às suas especificidades, tal como indicam três dos entrevistados.

5.3. Verificação das Hipóteses

Após a análise de todos os dados obtidos, quer através da análise documental quer através das entrevistas, é agora possível realizar a verificação das hipóteses, sendo estas confirmadas ou infirmadas.

5.3.1. Verificação da Hipótese de Investigação 1

A **HI 1: A GNR é uma mais-valia, em Portugal, tendo em conta as suas potencialidades e vulnerabilidades**, foi verificada, com recurso ao enquadramento teórico e através de perguntas colocadas aos entrevistados.

De forma a perceber as características da GNR, e se estas constituem uma mais-valia em Portugal, foram feitas algumas perguntas aos entrevistados, nomeadamente, a P1 e a P2, em que foram questionadas as potencialidades e vulnerabilidades das forças de *Gendarmerie*, e também a P6 que procurou inferir se a UE vê utilidades nas FS de natureza militar e se se justifica a existência de uma FS de natureza militar no panorama nacional.

A GNR tem características ímpares, que ao não se encontram nas restantes FS em Portugal se tornam potencialidades. Muitas dessas características derivam da sua condição militar, tais como a permanente disponibilidade para o serviço, a disciplina dos seus militares, um elevado grau de prontidão e a sua estrutura hierárquica.

São diversas as potencialidades das forças do tipo *Gendarmerie* e, por sua vez, da GNR, enquanto que as suas vulnerabilidades são essencialmente as mesmas das FS de natureza civil.

Além de as forças do tipo *Gendarmerie* possuírem grande relevância em contexto nacional, são também muito importantes no contexto internacional, pois podem intervir como forças constituídas e fazer de interface entre as FFAA e as entidades civis. Desta forma, faz sentido que existam organizações como a EUROGENDFOR, que demonstra efetivamente a utilidade deste tipo de forças.

A GNR executa as mesmas missões que as polícias civis, conseguindo também trabalhar num alargado leque de missões para além destas. Tem diversas potencialidades e as suas vulnerabilidades são essencialmente as mesmas de uma FS de natureza civil, daí que se possa extrapolar que a GNR é uma mais-valia em Portugal, confirmando a **HI 1**.

5.3.2. Verificação da Hipótese de Investigação 2

Em relação à **HI 2: Os fatores que levam a alterações nas forças de *Gendarmerie* prendem-se essencialmente com as alterações do ambiente de segurança**, verifica-se que a mudança é uma constante e com a segurança não é diferente, obviamente, todos os mecanismos de segurança têm que se adaptar às novas exigências. Daí que as forças de *Gendarmeries* tenham vindo a sofrer alterações.

As ameaças alteraram-se na sua natureza e na sua origem. Hoje, parte das ameaças à ordem interna tem uma origem externa. Assim, estamos perante um novo ambiente de segurança, que se transforma rapidamente, em que existem novas ameaças e que se alteram permanentemente. Para se ajustarem a estas transformações, de forma a responderem a estas novas ameaças, as FS (neste caso as *Gendarmeries*) têm de se adaptar.

Os acontecimentos ligados ao terrorismo e ao crime organizado têm levado as polícias de todo o mundo a equiparem-se de forma diferente. Para responderem às migrações, têm investido nos meios navais, como referido anteriormente. Ou seja, face às novas ameaças, as *Gendarmeries* têm-se adaptado através das suas valências e dos equipamentos que adquirem para cumprir as suas missões.

Não obstante o referido anteriormente, as *Gendarmeries* têm sofrido outras alterações que advêm de mudanças políticas e alterações sociais, que surgem com a evolução dos países. Foi neste sentido que a tutela das *Gendarmeries* passou progressivamente do Ministério da Defesa para o Ministério do Interior, nos diversos países.

Para além disso, as *Gendarmeries* também têm sofrido algumas alterações ao nível dos direitos dos seus militares. Por exemplo, os *Carabinieri* têm já definido o horário semanal de trabalho e o mesmo poderá suceder em breve na GNR. Também têm surgido

algumas modificações nas associações profissionais nas diversas *Gendarmeries*, aproximando-as mais das estruturas sindicais.

Desta forma, a **HI 2** confirma-se parcialmente. Algumas das mudanças que se verificam nas *Gendarmeries* resultam efetivamente do novo ambiente de segurança e das alterações das ameaças, no entanto, outro tipo de alterações, como a alteração da tutela e alterações nos estatutos dos seus militares, surgem da evolução da própria sociedade.

5.3.3. Verificação da Hipótese de Investigação 3

Quanto à **HI 3: Os fatores que levam à dissolução de *Gendarmeries* são económicos e políticos**, verifica-se que, ao analisar-se tanto as entrevistas como o enquadramento teórico, existem vários fatores que levam à dissolução de *Gendarmeries*, para além dos fatores económicos e políticos, sendo que estes dois fatores nem foram os mais referenciados pelos entrevistados.

No que diz respeito ao fator económico, é importante ressaltar que os entrevistados entendem que não está devidamente comprovado que ter uma polícia nacional seja efetivamente menos dispendioso do que ter duas forças de segurança, defendendo que dever-se-iam realizar estudos nesse sentido. Entendem também que, nesses estudos, não se deve apenas pesar a parte económica, mas também perceber as valências e potencialidades com que cada força pode contribuir para a segurança do país.

Por conseguinte, pode-se afirmar que a **HI 3** é refutada, pois existem mais fatores que levam à dissolução de *Gendarmeries*, como: históricos e administrativos; falta de cooperação e coordenação entre as polícias; duplicação e concorrência de funções e civilização contínua, sendo que os fatores económico e político nem são os mais relevantes.

Após a verificação das hipóteses, dar-se-á resposta às questões derivadas no capítulo seguinte.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente capítulo deste RCTFIA, caracteriza-se pela reflexão acerca dos dados apurados, apresentados na análise e discussão do capítulo anterior. Entra-se, deste modo, no culminar de toda a investigação. Procede-se às conclusões mais relevantes e procura-se uma analogia entre a revisão de literatura efetuada e as respostas às Questões Derivadas, obtidas a partir de uma Questão Central.

A presente investigação, intitulada de “A Guarda Nacional Republicana face ao paradoxo: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*”, surge da necessidade de perceber a forma de atuação das forças do tipo *Gendarmerie*, compreendendo tanto as suas potencialidades como as suas vulnerabilidades e, desta forma, perspetivar uma linha força de reconfiguração para a GNR, por forma a cumprir de forma mais eficaz a sua missão.

Assim, o objetivo geral desta investigação é enquadrar a GNR face ao paradigma: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*, respondendo à seguinte Questão Central: **“Quais as linhas força para a reconfiguração da Guarda Nacional Republicana tendo em conta a eclosão de *Gendarmeries* e dissolução de outras?”**. De forma a responder à Questão Central, torna-se importante identificar as características da GNR (potencialidades e vulnerabilidades) e perceber se esta constitui uma mais-valia em Portugal (QD1), identificar e explicar os fatores que contribuem para a criação de *Gendarmeries* (QD2) e, por último, identificar e explicar quais os fatores que contribuem para a dissolução de *Gendarmeries* (QD3).

De forma a alcançar o objetivo proposto, foram traçadas três hipóteses, as quais, após a análise do estado da arte e análise das entrevistas, se verificaram no capítulo anterior. Depois de verificar as hipóteses, é pertinente dar-se resposta às Questões Derivadas.

No que concerne à **QD 1: “Será a força *Gendarmerie* (GNR), em Portugal, uma mais-valia, tendo em conta as suas potencialidades e vulnerabilidades?”** verificou-se que sim, que a GNR é uma mais-valia. A GNR como FS de natureza militar possui diversas características que não se observam nas outras FS, permitindo ter diversas potencialidades que podem ser usadas em prol da segurança, das quais se destacam: a interoperabilidade com as FFAA, a disponibilidade, a dispersão pelo território nacional, a versatilidade/flexibilidade

de atuação, serem forças direcionadas para os movimentos, o policiamento de proximidade e ainda a maior eficácia e eficiência.

As vulnerabilidades existentes na GNR assemelham-se às das restantes FS, não se verificando vulnerabilidades específicas.

Para além de ter uma grande relevância em contexto nacional, a GNR, também é muito importante no contexto internacional, pois pode intervir como força constituída e fazer de interface entre as FFAA e as entidades civis, ajudando a país a responder às necessidades de política externa e das relações internacionais.

A GNR permite ao Estado português ter uma complementaridade e uma segurança muito mais relevantes do que se existisse apenas uma força, permitindo que os interesses do Estado fiquem salvaguardados e respondendo cabalmente às atuais necessidades de segurança.

Quanto à **QD 2: “Quais os fatores que contribuem para a evolução de forças *Gendarmerie*?”**, apurou-se que os fatores mais preponderantes são: o político, a cooperação internacional, a complementaridade, a convergência entre segurança interna e externa e as alterações sociais.

Muitos destes fatores advêm, essencialmente, das alterações ao ambiente de segurança, em que subsistem fenómenos como o terrorismo, o crime organizado transnacional e as migrações. São estes fatores que levam a que as forças de *Gendarmerie* se reconfigurem para poder responder de forma cabal a estas ameaças e permitem que estas forças evoluam. No entanto, cada uma evolui de forma diferente tendo em conta o seu país e as diferentes necessidades de segurança que cada um tem.

Relativamente à terceira, e última, questão derivada, **QD 3: “Quais os fatores que contribuem para a dissolução de forças *Gendarmerie*?”**, estes são vários: fatores políticos, históricos e administrativos; falta de cooperação e coordenação entre as polícias; duplicação e concorrência de funções, civilização contínua, cultural e social e económico. Os dois fatores que mais se destacaram, através do cruzamento dos dados teóricos com as entrevistas, foram o fator político e a falta de cooperação e coordenação entre as polícias. Também merece realce os fatores sociocultural, identificado pela maioria dos entrevistados.

Após se responder às QD, e por forma a atingir o objetivo geral deste trabalho, é indispensável responder então à **QC: “Quais as linhas força para a reconfiguração da Guarda Nacional Republicana tendo em conta a eclosão de *Gendarmeries* e dissolução de outras?”**

Para conseguir-se dar resposta a esta questão, foi necessário todo um enquadramento teórico, efetivado nos capítulos 1, 2 e 3, complementado com as entrevistas efetuadas. Esta investigação viabiliza a confrontação entre a teórica e as informações recolhidas no trabalho de campo, através das entrevistas.

Desta forma, apurou-se que a GNR, face aos fatores de dissolução de *Gendarmeries*, deve ter em atenção as suas estruturas de cooperação e coordenação entre as diferentes forças e serviços de segurança, deve evitar a concorrência e duplicação de funções com as outras forças e apostar na especialização, nomeadamente as vocacionadas para os movimentos e para o território. A GNR deve tomar nota ainda que, na persecução da defesa dos direitos dos seus militares, não pode apostar numa civilinização contínua.

A GNR deve continuar a potenciar a cooperação internacional na senda dos fenómenos atuais do terrorismo, migração e criminalidade organizada transnacional. Para responder a estes fenómenos, deve preparar-se e mitigá-los essencialmente com o aprimorar da partilha de informações, dos meios da valência marítima (UCC) e, ainda, continuar a desenvolver e estar na vanguarda da inativação de engenhos explosivos.

No decorrer da execução do presente RCFTIA, emergiram algumas dificuldades e obstáculos que importa evidenciar. É de salientar a dificuldade centrada ao nível da amostra. Não foi fácil ter acesso a potenciais entrevistados, tendo surgido mesmo a impossibilidade de contactar algumas das pessoas que poderia ser pertinente entrevistar. Posteriormente, foi difícil conciliar a disponibilidade dos entrevistados com a elaboração do trabalho.

É também de realçar a dificuldade em encontrar bibliografia atual para esta investigação. Existem poucos estudos sobre as polícias e ainda menos sobre as *Gendarmeries*, acrescendo a dificuldade em encontrar informação sobre congéneres estrangeiras.

Na sequência desta investigação, seria interessante a investigação do sistema de segurança interna dos países que dissolveram as suas *Gendarmeries*, nomeadamente a Áustria e a Bélgica, para perceber se realmente essa alteração trouxe contributos positivos.

Também seria aliciante realizar-se um estudo que efetivamente permitisse comprovar se é mais económico ter uma polícia única do que um sistema dual e que poderá ser desenvolvido num momento futuro, na sequência do estudo ora realizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar [AM]. (2016). *NEP 522/1ªed/AM de 20 de janeiro de 2016*. Lisboa: Academia Militar.
- Almeida, P. P. (2014). *Crime e Segurança - 100 Contributos para as Políticas Públicas de Combate à Criminalidade* (1ª ed.). Lisboa: Horácio Piriquito.
- Alves, A. C. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei nº 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 1ª série, n.º 213*, 8043-8051.
- Assembleia da República [AR]. (2014). Lei nº 66/2014 de 28 de agosto: Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 1ª série, n.º 165*, 4486-4516.
- Bergmans, G. (2005). Police and Gendarmerie Reform in Belgium: From to Service. *International Conference on Democratic Horizons in Security Sector: Turkey and the European Security Governance Esxperience*. Geneve Centre for the Democratic Control of Armed Forces.
- Bessa, F. J. (2015). *Oficiais da Guarda Nacional Republicana - Uma Análise Sociológica* (1ª ed.). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.

- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Borges, J., Carvalho, B., Dias, C., & Vieira, V. (2012). *Viver Academia Militar*. Lisboa: By the Book.
- Branco, C. G. (2000). *Desafios à Segurança e Defesa e os Corpos Militares de Polícia* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Branco, C. G. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Branco, C. G. (2013). Entre o Militar e o Civil: uma Discussão dos Modelos da GNR e PSP. Em P. P. Almeida, *Como Tornar Portugal um País Seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade*. Lisboa: Horácio Piriquito.
- Bratulescu, I. O. (2011). The Romanian Gendarmerie in the 21st Century. *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21st Century* (pp. 167-182). FIEP Seminar Project.
- Cabral, B. d. (2011). Gendarmeries and the Security Challenges in the 21st Century: A Portuguese Perspective. *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21st Century*, (pp. 317-332). FIEP Seminar Project.
- Conforti, N. (2011). The Italian Carabinieri Corps: Old Traditions for a Modern Vision. *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21st Century* (pp. 227-239). FIEP Seminar Project.
- Cruz, M. J. (2015). *Guardar Portugal - Qual o Papel da GNR?* (1ª ed.). Lisboa: Horácio Piriquito.
- Cruz, N. M. (2013). *As Forças de Gendarmrie nas Operações de Estabilização e Reconstrução de Estados*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares - Especialidade Segurança. Academia Militar: Lisboa.

- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da Concepção à Realização* (5ª Edição ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gobinet, P. (2011). The Gendarmerie Alternative: Is There a Case for the Existence of Police Organisations With Military Status In the Twenty-First Century European Security Apparatus. *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21st Century* (pp. 27-50). FIEP Seminar project.
- Graça, P. M. (2012). *Da guerra à Paz, o contributo dos Corpos Militares com Funções de Polícia - A GNR no Iraque*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de Uso* (1ª ed.). Cascais: Princípia.
- Instituto Português de Relações Internacionais [IPRI]. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna. Relatório Final Modelos e Cenários*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Jimenez, A. D. (2011). The Guardia Civil and Public Security. *Gendarmeries and the Seciroty Challenges of the 21st Century* (pp. 275-292). FIEP Seminar Project.
- Lizurey, R. (2006). *Gendarmerie Nationale - Les Soldats de La Loi*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lutterbeck, D. (2004). Between Police and Military: The New Security Agenda ande the Rise os Gendarmeries, Cooperation and Conflict. *Journal of the Nordic International Studies Association*, 39 (1), 45-68.
- Lutterbeck, D. (2013). *The Paradox of Gendarmeries: Between Expansion, Demilitarization and Dissolution*. Genève: Cherry Ekins.

- Machado, M. (22 de fevereiro de 2010). *A Nova Orgânica da GNR*. Obtido em 31 de março de 2016, de Operacional: <http://www.operacional.pt/a-nova-organica-da-gnr/>
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marczuk, K. P. (2011). A Contemporary Security Concept and its Implications for Gendarmerie Type Forces. *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21st Century* (pp. 69-95). FIEP Seminar Project.
- Ministério da Administração [MAI]. (2010). Despacho n.º10393/2010 de 22 de junho: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 2ª Série, n.º119*, 33856-33891.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2009). Decreto-lei n.º 297/2009 de 14 de Outubro: Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 1ª série, n.º 199*, 7662-7700.
- Monet, J. C. (1993). *Polices et Sociétés en Europe*. Paris: La Documentation Française.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rocha, M. F. (2010). A Segurança Nacional e a Problemática do Sistema Policial Dualista. *Proelium – Revista Científica da Academia Militar*, 12, pp. 11-74.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Silva, N. P. (2015). *Entre o Militar e o Policial - As Reformas da Administração Pública* (1ª ed.). Lisboa: Diário de Bordo.

Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Tzu, S. (2009). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Weger, M. d. (2009). *The Potencial of the European Gendarmerie Force*. Obtido em 23 de março de 2016, de http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20090400_cscp_gendarmerie_weger.pdf

Wikimedia Commons. (s.d.). *Wikimedia Commons*. Obtido em 2 de novembro de 2015, de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/archive/8/86/20160125161315%21Gendarmerie_Around_the_World.PNG

APÊNDICES

APÊNDICE A - Fatores de Criação/ Evolução das Forças Tipo *Gendarmerie*

Tabela n.º 11 - Fatores de Criação/Evolução das Forças Tipo *Gendarmerie*

Fatores	Descrição	Autores
Político	Evitar uma centralização do poder da polícia.	Lutterbeck (2013)
	Controlo da população civil nos regimes com mais contestação ao poder político.	
	Os seus militares de uma <i>Gendarmerie</i> subordinam os interesses individuais aos interesses coletivos.	Cabral (2011)
	O dualismo afasta o “espírito de César” (poder absoluto da força militar) e também evita o “espírito Fouché” (a onnipotência de um único corpo policial como uma super força).	Alves (2008)
	As virtudes militares dão aos seus militares um forte senso de disciplina, dever e compromisso com a população, tornando-as uma força singular, e, por esse motivo, o nível de eficácia das <i>Gendarmeries</i> é superior.	Jimenez (2011)
	A natureza militar das <i>Gendarmeries</i> assegura um maior grau de neutralidade política.	
	Ter mais do que uma força policial garante um sistema de aplicação de lei equilibrado, sem que nenhuma força tenha o monopólio da segurança.	Coforti (2011)
	O desenvolvimento das capacidades de segurança da União Europeia exige que os Estados forneçam forças de segurança de natureza militar.	Bratulescu (2011)
Retirada das FFAA das ruas	Uma força do tipo <i>Gendarmerie</i> tem capacidade para uma grande dispersão territorial, estabelecendo a presença soberana do governo central em todo o país em vez do exército, que tem tendência para ficar mais centralizado.	Cabral (2011)

	A existência de uma <i>Gendarmerie</i> permite retirar as FFAA das ruas.	Lutterbeck (2013)
	É uma força capaz de cobrir todo o território nacional.	Jimenez (2011)
Complementaridade	A busca da complementaridade entre corpos de polícia com características diferentes.	Cabral (2011)
Convergência da segurança interna e externa	A convergência das ameaças e riscos entre a segurança interna e externa aumenta a importância das <i>Gendarmeries</i> , sendo polícias com capacidades militares.	Cabral (2011)
	O terrorismo internacional, o crime organizado transnacional e a migração têm dimensões internas e externas, fazendo com que os papéis das polícias e dos militares convirjam.	Lutterbeck (2013); Bratulescu (2011)
	A capacidade de uma <i>Gendarmerie</i> lutar contra diferentes tipologias de ameaças (internas e externas).	Conforti (2011)
	As preocupações intensificadas com as ameaças transnacionais e segurança nas fronteiras, conduziram a um reforço do papel das forças do tipo <i>Gendarmerie</i> .	Lutterbeck (2011)
	Há uma tendência geral em países da EU, bem como dos Estados Unidos, de um crescente envolvimento das forças de <i>Gendarmerie</i> no domínio da segurança das fronteiras, devido às ameaças transnacionais (migração, tráfico e terrorismo).	
Cooperação Internacional	Forças do tipo <i>Gendarmerie</i> são mais facilmente e rapidamente destacadas.	Lutterbeck (2013); Bratulescu (2011)
	Forças do tipo <i>Gendarmerie</i> permitem uma rápida mobilização.	Cabral (2011)
	O modelo de <i>Gendarmerie</i> tornou-se uma das ferramentas da comunidade internacional para lidar com situações de crise.	Jimenez (2011); Bratulescu (2011)
	As forças do tipo <i>Gendarmerie</i> ganharam uma grande popularidade em missões de manutenção de paz multilaterais.	Lutterbeck (2011)

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE B - Fatores de Dissolução das Forças Tipo *Gendarmerie*

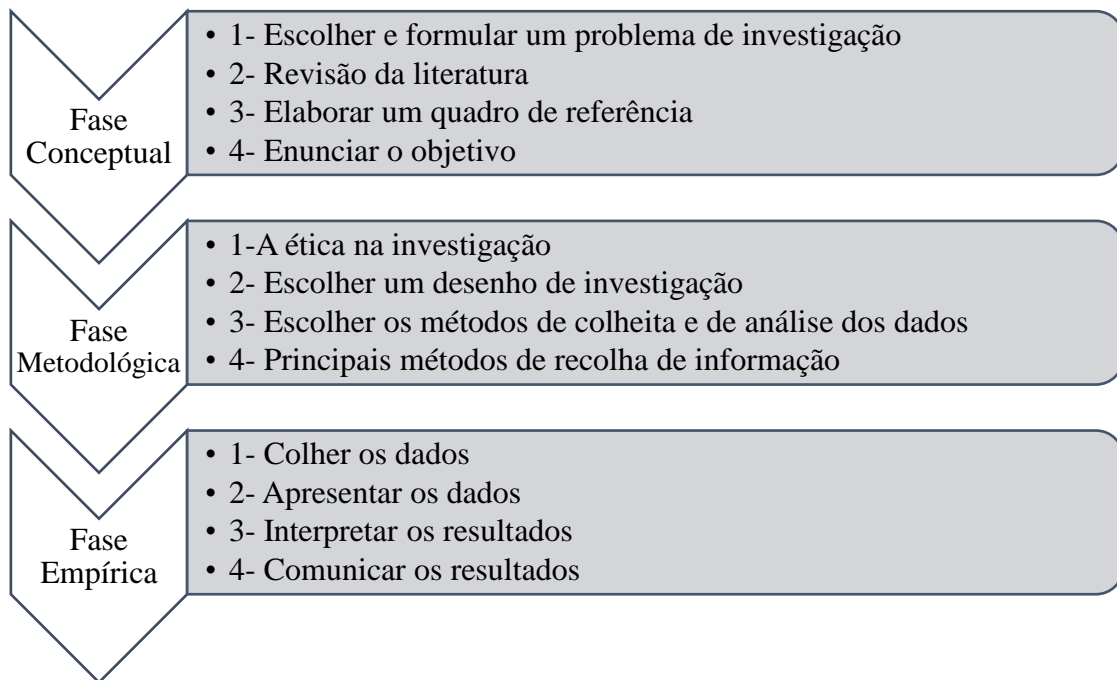
Tabela n.º 12 - Fatores de Dissolução das Forças Tipo *Gendarmerie*

Fatores	Descrição	Autores
Político	As políticas de esquerda defendem a desmilitarização.	Lutterbeck (2013)
	As forças de polícia de natureza militar são frequentemente associadas com tendências autoritárias ou repressivas e são vistas como uma ameaça às liberdades civis.	Lutterbeck (2011)
Histórico	O uso de <i>Gendarmeries</i> em regimes autoritários na Europa, serviam de instrumentos de repressão interna, como é o caso de Espanha com a <i>Guardia Civil</i> de Franco e de Itália com os <i>Carabinieri</i> de Mussolini.	Lutterbeck (2013)
Falta de coordenação e cooperação entre as polícias	O caso <i>Dutroux</i> é um exemplo flagrante de falta de cooperação e rivalidades entre as forças policiais.	Lutterbeck (2013)
	Existe uma má coordenação, falta de cooperação e até mesmo conflitos entre os corpos de polícia.	Cabral (2011)
Duplicação e concorrência de funções	Evitar a duplicação e a concorrência disfuncional dentro do SSI.	Lutterbeck (2013)
Administrativo	Diminuir as estruturas administrativas e ter mais polícias nas ruas.	Lutterbeck (2013)
	Simplificar o sistema de polícia.	
Civilinização contínua	O direito a associações, sindicatos e greves; a aquisição de um horário de trabalho; a perda do equipamento militar; o diretor geral passar a ser civil e não militar; e os oficiais de uma força poderem passar para a outra e vice-versa; são fatores que fazem com que as <i>Gendarmeries</i> percam a dupla dependência.	Lutterbeck (2013)
	A <i>Gendarmerie</i> austríaca perdeu muitas das suas características militares, levando à dissolução.	Lutterbeck (2011)

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C - Fases e Etapas do Processo de Investigação

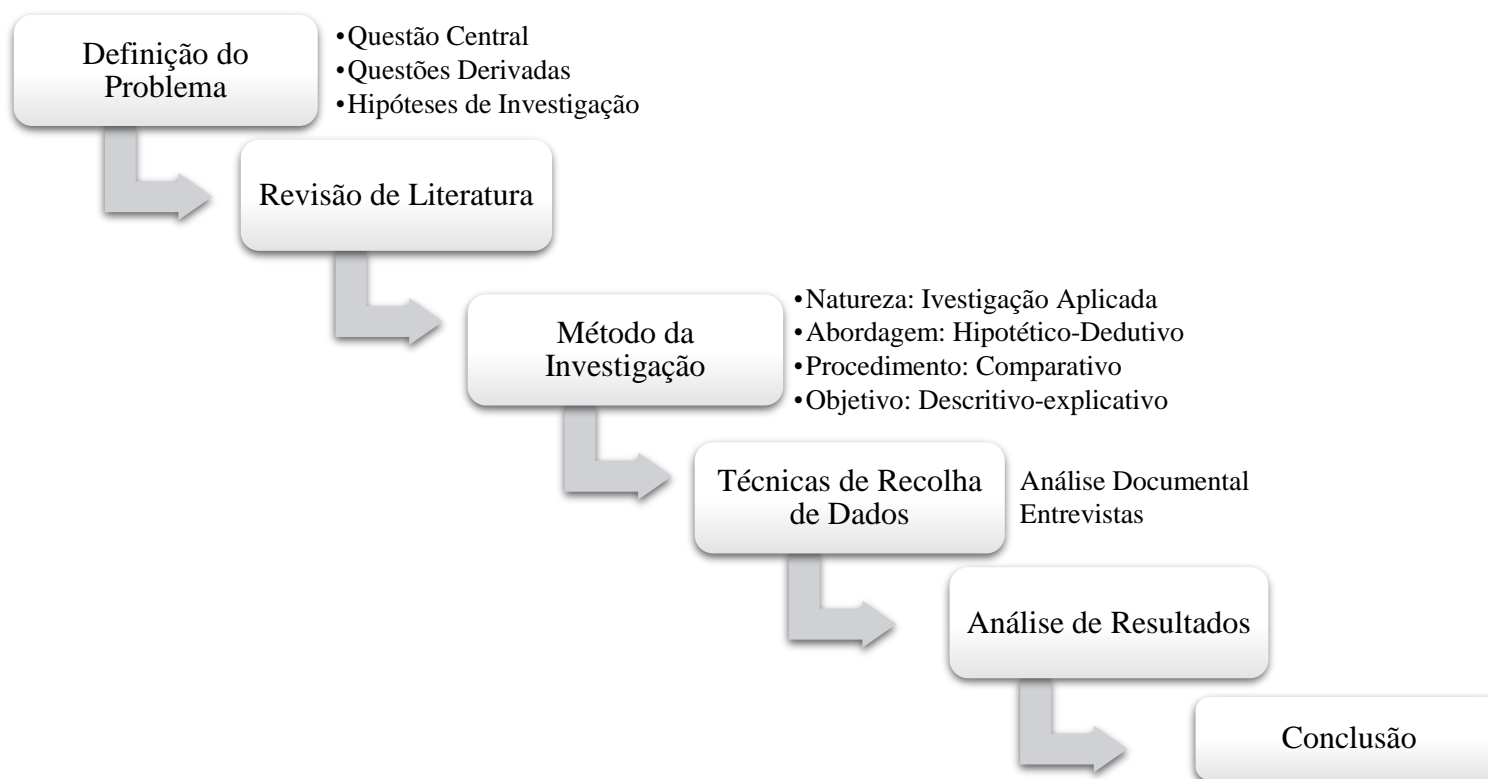
Quadro n.º 1 - Fases e Etapas do Processo de Investigação



Fonte: Adaptado de Freixo (2011, p. 156)

APÊNDICE D - Desenho do Estudo de Investigação

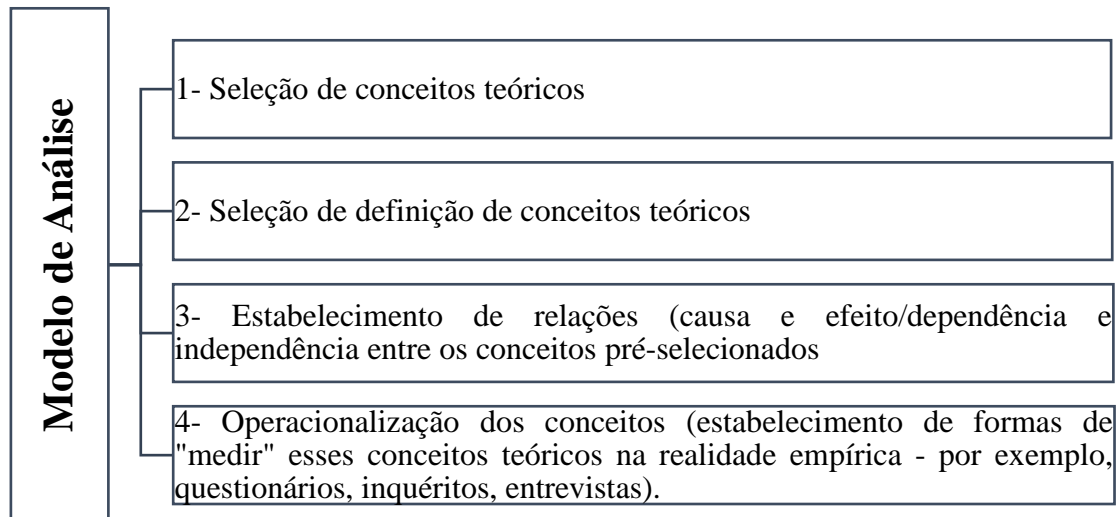
Quadro n.º 2 - Desenho de Estudo da Investigação



Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE E - Processo de Laboração de um Modelo de Análise

Quadro n.º 3 - Processo de Laboração de um Modelo de Análise



Fonte: Adaptado de Sousa & Baptista (2011, p. 46)

APÊNDICE F - Guião de Entrevista

Guião de Entrevista



ACADEMIA MILITAR

A Guarda Nacional Republicana face ao paradoxo: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Autor: Aspirante Aluno Infantaria GNR Roberto Covita Ascensão

Orientador: Tenente Coronel Infantaria GNR Carlos João Soares Costa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, abril de 2016

Guião de Entrevista

Solicito, desde já, a vossa autorização para a gravação de toda a entrevista com vista à sua transcrição e sua apensação no trabalho.

Agradeço a atenção e o tempo despendidos pela sua participação neste estudo. Esta entrevista pretende delimitar o objeto de estudo, compreender o seu alcance e, por fim, orientar toda a investigação em processo. Para tal, realizar-se-á uma entrevista do tipo semi-diretiva, com o seguinte leque de questões que foca os objetivos do trabalho, porém fica resguardada a liberdade do entrevistado para expor as suas experiências e conhecimentos na área. Assim, dentro de cada questão, o entrevistado poderá responder de forma aberta, contudo, sem divergir para assuntos não relacionados com o tema.

Caracterização do Entrevistado:

Nome; idade; posto; unidade; função.

Questões

- 1- Na sua perspetiva, quais as principais potencialidades das forças de *Gendarmerie* em atividades de segurança interna?
- 2- No seu ponto de vista, quais as principais vulnerabilidades das forças de *Gendarmerie* em missões de segurança interna?
- 3- Na sua opinião, quais foram os fatores que levaram à integração da *Gendarmerie* nas forças civis de polícia nos casos da Bélgica e da Áustria?
- 4- Como considera que as forças do tipo *Gendarmerie*, nomeadamente a *Gendarmerie Nationale*, a *Guardia Civil* e a *Arma Dei Carabinieri* são suscetíveis de evoluir no seio da Europa?
- 5- No processo de entrada da Turquia na UE, uma das exigências feita foi que o comando geral da *Gendarmerie* Turca passasse a ser civil. Do seu ponto de vista, considera que a UE não vê utilidade nas forças de segurança de natureza militar existentes?
- 6- No atual panorama nacional justifica-se a existência de uma Força de Segurança de natureza militar? Justifique.
- 7- Na sua opinião, havendo uma profunda reforma na área da segurança em Portugal, qual seria o modelo mais adequado, e quais as razões desta sua escolha?
- 8- Tendo em conta esta reforma, ao nível da GNR que alterações deveriam ser efetuadas? Justifique.
- 9- Tendo em conta os atuais fenómenos globais como as migrações, o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, quais as valências que as Forças de Segurança deveriam desenvolver e aprimorar?
- 10- Considera que os corpos civis de polícia estão preparados para dar resposta a estes fenómenos atuais? Se sim, quais as suas reais capacidades de intervenção?

Dados Técnicos:

Local; utilização de gravador; data; hora de início; hora de fim e duração:

Obrigado pela atenção. A sua participação em muito enriquecerá toda a investigação.

APÊNDICE G - Carta de Apresentação

Carta de Apresentação



ACADEMIA MILITAR

A Guarda Nacional Republicana face ao paradoxo: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Autor: Aspirante Aluno Infantaria GNR Roberto Covita Ascensão

Orientador: Tenente Coronel Infantaria GNR Carlos João Soares Costa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, abril de 2016

A presente entrevista enquadra-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana, lecionado na Academia Militar. Este trabalho subordinado ao tema “A Guarda Nacional Republicana face ao paradoxo: eclosão e dissolução de *Gendarmeries*”, visa investigar a forma de atuação das forças *Gendarmerie*, percebendo as suas vulnerabilidades e potencialidades. Pretende-se compreender a importância da Guarda Nacional Republicana (GNR) como força *Gendarmerie* e, tendo em consideração as alterações prementes que se têm vindo a verificar ao nível das forças deste tipo, qual a linha força de reconfiguração para a GNR.

O trabalho carece de recolha de informação com vista a dar resposta ao estudo realizado, pelo que se optou por fazer essa recolha através de entrevistas. As entrevistas realizadas dão corpo ao trabalho e validade científica, sendo, por isso, aplicadas a pessoas cujos conhecimentos na área sejam abrangentes e relevantes e, ainda, que compreendam a importância do estudo em causa.

Assim sendo, o contributo de V. Ex.^a é essencial para o êxito deste trabalho de investigação, na medida em que lhe dará credibilidade, e valor e será um alicerce para toda a investigação, complementando a análise documental efetuada.

Caso V. Ex.^a o pretender, poderá ter acesso a toda a investigação bem como submeter para sua apreciação a análise efetuada do conteúdo das respostas.

Agradecido pelo seu contributo.

Atenciosamente,

Roberto Covita Ascensão

Aspirante Aluno Infantaria GNR

APÊNDICE H - Caracterização dos Entrevistados

Tabela n.º 13 - Caracterização dos Entrevistados

Entrevistado	Nome	Género	Idade	Posto
E1	Agostinho Dias da Costa	M	59	Major General
E2	Jorge Esteves	M	57	Coronel
E3	Bartolomeu Cabral	M	59	Coronel
E4	Jorge Meireles	M	37	Major
E5	Nelson Lourenço	M	71	-
E6	Filipe Pessoa	M	51	Coronel
E7	José Conde Rodrigues	M	51	-
E8	Cláudia Santos	F	37	Major

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE I - Análise de conteúdo das respostas às perguntas

Tabela n.º 14 - Análise do conteúdo da P1

E	Ideia Chave	Seg.
E1	<ul style="list-style-type: none"> - Forças de <i>Gendarmerie</i> direcionadas para o território e segurança das fronteiras. - Forças de <i>Gendarmerie</i> têm três objetivos: as pessoas, os movimentos e o território. - Organização como forças constituídas, hierarquizadas, estruturadas segundo o mesmo racional das FFAA. - Grau de prontidão elevado e tempos de reação mais curtos. 	P1.1
		P1.2
		P1.3
		P1.4
E2	<ul style="list-style-type: none"> - É muito mais fácil as forças <i>Gendarmerie</i> articularem-se com as FFAA. - A disponibilidade que deriva do estatuto militar é uma mais valia para qualquer estado. 	P1.3
		P1.4
E3	<ul style="list-style-type: none"> - Têm uma estrutura operacional disseminada por todo o território nacional. - Têm uma ampla formação para o cumprimento de missões militares. - Da condição militar derivam a disciplina e prontidão. - Possuem grande flexibilidade de atuação, e têm variedade de meios. - As forças de <i>Gendarmerie</i> alicerçam-se sobre 4 princípios: dualidade, continuidade, proximidade e prontidão. 	P1.1
		P1.3
		P1.4
		P1.5
		P1.7
E4	<ul style="list-style-type: none"> - A dimensão territorial (dispersão). - Conseguirem garantir a segurança fronteiriça. - A permanente disponibilidade. - A capacidade de cumprirem um largo espectro de missões, devido à sua versatilidade. - São mais eficazes pois com o mesmo efetivo são responsáveis por mais área e mais população. 	P1.1
		P1.2
		P1.4
		P1.5
		P1.6
E5	<ul style="list-style-type: none"> - Estarem mais vocacionadas para o território e as fronteiras. - Desenvolver ações de manutenção de paz, cumprindo os acordos da <i>North Atlantic Treaty Organization</i> (NATO). 	P1.1
		P1.3
E6	<ul style="list-style-type: none"> - Os militares estarem disponíveis 24 horas por dia é uma vantagem que decorre da condição militar. - As potencialidades decorrem essencialmente da versatilidade destas forças. 	P1.4
		P1.5
E7	<ul style="list-style-type: none"> - Terem uma ligação ao território completa/integral. - Reside na sua ligação às FFAA. - Fazem a verdadeira proximidade. 	P1.1
		P1.3
		P1.7
E8	<ul style="list-style-type: none"> - Pela forma que os militares são treinados e pela resposta que dão. - A disponibilidade faz parte da condição militar. - Atuam em todo o espectro do policiamento normal e na vertente mais militar, de uma força mais musculada. 	P1.3
		P1.4
		P1.5

Tabela n.º 15 - Análise do conteúdo da P2

E	Ideia Chave	Seg.
E1	<ul style="list-style-type: none"> - São as mesmas que as polícias civis podem ter. - As <i>Gendarmeries</i> quando submetidas à tutela militar é uma vulnerabilidade. 	P2.1
		P2.2
E2	<ul style="list-style-type: none"> - É uma vulnerabilidade que terá que ser ultrapassada, aquele chavão em que as <i>Gendarmeries</i> atuam sempre de forma muito hirta e militar. 	P2.3

E3	- Só existe uma vulnerabilidade que é o poder político não compreender bem a força de <i>Gendarmerie</i> .	P2.4
E4	- Não é bem vulnerabilidade das <i>Gendarmeries</i> , mas existe o preconceito, que é latente de que o polícia deve ser diferente do militar.	P2.3
E5	- Não há qualquer vulnerabilidade pelo facto de terem a natureza militar.	P2.1
E6	- Não há vulnerabilidades decorrentes do facto se se tratar de forças de segurança de natureza militar.	P2.1
E7	- As vulnerabilidades são comuns às diferentes forças de segurança. - A mentalidade de que não são necessários meios de defesa acaba por constituir uma vulnerabilidade. - Pode haver conflitualidade com as restantes FS, podendo levar a uma falta de coordenação e articulação entre elas.	P2.1 P2.3 P2.5
E8	- A única vulnerabilidade é a crítica social, pois as pessoas não percebem que uma polícia possa ser militar.	P2.3

Tabela n.º 16 - Análise do conteúdo da P3

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- São fatores internos, políticos. - O caso “ <i>Dutroux</i> ” que evidenciou a falta de coordenação entre as polícias.	P3.1 P3.2
E2	- Houve influências políticas. - Houve estudos nalguns países que concluíram que uma só polícia era mais económico. - Após a fusão continua a haver descoordenação. - A moda de que as polícias tinham de ser civis.	P3.1 P3.2 P3.3 P3.4
E3	- Questão meramente política.	P3.1
E4	- Fatores essencialmente economicistas. - For falta de coordenação, falta de partilha de informações (caso “ <i>Dutroux</i> ”). - A própria cultura, que se vive nos países nórdicos.	P3.1 P3.2 P3.4
E5	- Cada um fala para seu lado, ninguém se comunica, o melhor é juntar tudo. - Motivos de ordem económica. - Houve uma pressão de ordem social.	P3.2 P3.3 P3.4
E6	NR	-
E7	- O fator económico está muito subjacente a estas reformas. - A génese esteve um pouco na ideia de que os países têm poucos problemas ou pouca criminalidade.	P3.3 P3.4
E8	- Uma questão económica. - As <i>Gendarmeries</i> não conseguiram espelhar na sociedade aquilo de que são capazes, criando uma má imagem social.	P3.3 P3.4

Tabela n.º 17 - Análise do conteúdo da P4

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- O ambiente de segurança exige evitar duplicações e racionalização de meios. - A dimensão destas forças tem vindo a aumentar progressivamente.	P4.1 P4.2
E2	- O carácter da desmilitarização pode acontecer. - O futuro passará sempre pela demonstração de que estas forças são mais competentes na missão que desempenham e no serviço que prestam ao cidadão.	P4.3 P4.4
E3	- Têm vindo a adaptar-se.	P4.5
E4	- Deve continuar a haver as duas forças e nada indica o contrário.	P4.5
E5	- Passagem cada vez maior da <i>Gendarmerie</i> para o ministério do interior.	P4.5

E6	- Estas forças têm vindo a crescer em termos de importância no âmbito das missões internacionais.	P4.2
E7	- Manterão o modelo atual.	P4.5
E8	- Vai manter-se o sistema dual.	P4.5

Tabela n.º 18 - Análise do conteúdo da P5

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- São importantes até pela EUROGENDFOR, a Turquia também já está associada.	P5.1
E2	- São relevantes, principalmente no contributo para missões internacionais.	P5.1
E3	- São úteis, mas têm que se adaptar a funcionar num país democrático.	P5.1
E4	- Sim, só traz vantagens e dentro da UE temos a EUROGENDFOR.	P5.1
E5	NR	-
E6	- A dimensão da <i>Gendarmerie</i> Turca, poderá caso o país entre para a EU, desequilibrar os modelos policiais na Europa.	P5.2
E7	- São mais úteis agora do que devido ao que assistimos hoje por causa do terrorismo.	P5.1
E8	- As estruturas criadas na EUROGENDFOR e a forma como as <i>Gendarmeries</i> se estão neste momento a assumir nos países provam a sua utilidade.	P5.1

Tabela n.º 19 - Análise do conteúdo da P6

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- Absolutamente, os interesses do Estado ficam melhor salvaguardados em termos de equilíbrio e eficácia, através do sistema dual.	P6.1
E2	- Sem dúvida nenhuma, este modelo dual garante uma complementaridade e uma segurança mais relevante do que ter uma só força.	P6.1
E3	- Sim.	P6.1
E4	- Justifica-se plenamente continuar com o atual modelo, em que garante um equilíbrio de forças.	P6.1
E5	- Sim, penso que é um sistema que está equilibrado, que responde cabalmente às atuais necessidades de segurança.	P6.1
E6	- Penso que continua a justificar-se hoje como se justificava no passado.	P6.1
E7	- Eu acho que sim, defendendo isso, e também quando tive responsabilidades no Ministério da Administração Interna,	P6.1
E8	- Completamente, a GNR não só responde a todas as missões de uma polícia civil como responde a muito mais.	P6.1

Tabela n.º 20 - Análise do conteúdo da P7

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- As polícias têm que ter uma única tutela.	P7.2
	- Evitar uma proliferação de órgãos de polícia criminal.	P7.3
	- Tem que existir o “empowerment” do SGSSI.	P7.4
	- Deve-se definir competências, e evitar duplicações.	P7.5
E2	- Devemos deixar sedimentar o sistema que temos, mas conferir-lhe algumas mudanças.	P7.1

	-O SGSSI tem poderes algo limitados. - Eu acho que a divisão de competências entre as FS não pode ser exclusivamente territorial, mas também por áreas funcionais.	P7.4 P7.5
E3	- Mantinha o modelo dual. - Extinguia o SEF e a Polícia Marítima. - Aumentava a capacidade do SGSSI. - Dando missões específicas à GNR.	P7.1 P7.3 P7.4 P7.5
E4	- Deve-se manter o modelo dual. - Alterações em termo de tutela, Portugal é o único país da Europa em que a investigação criminal está num ministério diferente. - Dever-se-ia fazer uma harmonização das polícias através da junção de algumas delas. - Modelo com o SGSSI com poderes mais fortes de coordenação. - Deveria haver uma melhor redefinição de competências.	P7.1 P7.2 P7.3 P7.4 P7.5
E5	- Eu penso que o sistema dual é um sistema que está equilibrado. - Como modelo mais adequado, eu vejo uma tutela política única. - O SGSSI tem que ter capacidade efetiva de coordenação, controlo e comando. - Não deveria haver tanta duplicação de competências. - Tem que existir um conceito estratégico de segurança interna.	P7.1 P7.2 P7.4 P7.5 P7.6
E6	- Não me parece possível fundir numa só força os militares da GNR e os elementos da PSP. - Eventualmente, algumas forças não se justificarão que continuem a existir. - As áreas devem ser arrumadas na instituição mais apta a cumpri-las.	P7.1 P7.3 P7.5
E7	- Eu acho que faz sentido manter a PSP e a GNR. - Há um fenómeno muito português que é a PJ estar no ministério da justiça, coisa que não acontece nos outros países. - Acho difícil fazer desaparecer a Polícia Marítima de um momento para o outro, mas é um mundo que se calhar deveria ser mexido. - Julgo que há algo a aperfeiçoar, na parte do comando e controlo do SGSSI. - Evitar as redundâncias.	P7.1 P7.2 P7.3 P7.4 P7.5
E8	- O modelo dual vai continuar a existir neste âmbito de segurança interna. - Não deveria haver tantos órgãos de polícia criminal. - Faz mais sentido especializar os que já existem.	P7.1 P7.3 P7.5

Tabela n.º 21 - Análise do conteúdo da P8

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- Haver uma racionalização do sistema da GNR. - Não faz sentido, separar a valência marítima e fiscal. - A existência dos comandos territoriais retirou comando e controlo ao comando operacional.	P8.1 P8.2 P8.3
E2	- A GNR terá que se adaptar se forem feitas alterações nas áreas funcionais.	P8.4
E3	- Depende das competências que viessem a ser atribuídas à Guarda.	P8.4
E4	- O poder político atribui à Guarda mais valências, e a Guarda adquire-as e cumpre-as com toda a eficácia.	P8.4
E5	- Tem de aumentar a eficácia com uma gestão eficiente. - Para poder programar alterações na Guarda, tem que se ter um conceito estratégico de segurança interna. - Uma formação com mais pontos de contacto.	P8.1 P8.4 P8.5
E6	NR	-
E7	NR	-
E8	NR	-

Tabela n.º 22 - Análise do conteúdo da P9

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- O combate ao crime organizado e ao terrorismo só pode ser feito através das informações.	P9.1
E2	- A troca de informações entre polícias é essencial. - As polícias têm que trabalhar de forma coordenada e em estreita cooperação. - Também a nível europeu e mundial tem de haver a partilha de informação.	P9.1 P9.2 P9.3
E3	- Melhorar as informações. - Melhor a capacidade de inativação de engenhos explosivos. - Aumentar a capacidade de vigilância costeira. - Dotar-se de novas tecnologias.	P9.1 P9.4 P9.5 P9.6
E4	- Principalmente ao nível da troca de informações. - Só através de uma troca de informações eficiente e a cooperação é que se podem conseguir resultados positivos.	P9.1 P9.2
E5	NR	-
E6	- As competências na área das informações. - Tudo aquilo que se relaciona com os diversos tráficos (humano, de armas, de droga). - Tudo o que se relaciona com a cibercriminalidade.	P9.1 P9.5 P9.7
E7	- Onde eu acho que falha é na recolha de informações.	P9.1
E8	- Para mitigar os efeitos destes fenómenos deve-se partilhar informações. - Acima de tudo aprimorar e desenvolver a cooperação internacional.	P9.1 P9.3

Tabela n.º 23 - Análise do conteúdo da P10

E	Ideia Chave	Seg.
E1	- A PJ é uma polícia de investigação criminal, mas quando há necessidade de atuar em situações de violência recorrem à GNR.	P10.3
E2	- Parece-me que as forças de <i>Gendarmerie</i> têm algumas características que lhes permitirão estar melhor preparadas.	P10.2
E3	- Uma FS de natureza militar está melhor preparada que uma polícia civil.	P10.2
E4	- As <i>Gendarmeries</i> conseguem ter outro tipo de valências e fazer face a estes fenómenos de uma forma mais rápida e com maior disponibilidade.	P10.2
E5	- Devem estar preparados na sua complementaridade ente as polícias, nas suas áreas de ação territoriais e nas suas funcionalidades específicas.	P10.3
E6	- Não devemos misturar as duas coisas, as limitações das FS de natureza civil têm mais que ver com a sua atuação no âmbito internacional.	P10.1
E7	- Se acontecer algo em meio urbano eles estão preparados.	P10.1
E8	- Naturalmente que estão preparadas.	P10.1

APÊNDICE J - Codificação das Respostas das Entrevistas

Tabela n.º 24 - Matriz de Codificação das Respostas

Codificação das respostas	
P1	
“Na sua perspetiva, quais as principais potencialidades das forças de <i>Gendarmerie</i> em atividades de segurança interna?”	
Segmentação P1.1	Forças direcionadas para o território, com estrutura operacional disseminada por todo o território nacional e para controlo de fronteiras.
Segmentação P1.2	Forças direcionadas para os movimentos, para o controlo de trânsito, mercadorias e pessoas.
Segmentação P1.3	Interoperabilidade com as forças armadas, devido à sua estrutura, hierarquia e formação.
Segmentação P1.4	Grau de prontidão elevado e permanente disponibilidade para o serviço devido à sua condição militar.
Segmentação P1.5	Versatilidade/flexibilidade de atuação, tendo capacidade de cumprir um largo espetro de missões com um leque variado de meios.
Segmentação P1.6	Maior eficácia: com o mesmo ou menor efetivo garante segurança numa maior área e a mais população.
Segmentação P1.7	Policimento de proximidade.
P2	
“No seu ponto de vista, quais as principais vulnerabilidades das forças de <i>Gendarmerie</i> em missões de segurança interna?”	
Segmentação P2.1	Não existem vulnerabilidades específicas de uma força de <i>Gendarmerie</i> tendo as mesmas vulnerabilidades das polícias civis.
Segmentação P2.2	Estarem submetidas à tutela militar.
Segmentação P2.3	Preconceito da população ao considerar a forma de atuação militar, musculada e demasiado rígida.
Segmentação P2.4	Incompreensão do poder político, por questões ideológicas considerarem que as polícias deveriam ser civis.
Segmentação P2.5	Conflitualidade com as restantes FS, podendo levar a uma falta de coordenação e articulação entre elas.
P3	
“Na sua opinião, quais foram os fatores que levaram à integração da <i>Gendarmerie</i> nas forças civis de polícia nos casos da Bélgica e da Áustria?”	
Segmentação P3.1	Políticos.
Segmentação P3.2	Falta de coordenação e cooperação entre as polícias.
Segmentação P3.3	Económicos.
Segmentação P3.4	Cultural e social.
P4	
“Como considera que as forças do tipo <i>Gendarmerie</i>, nomeadamente a <i>Gendarmerie Nationale</i>, a <i>Guardia Civil</i> e a <i>Arma Dei Carabinieri</i> são suscetíveis de evoluir no seio da Europa?”	
Segmentação P4.1	Vão racionalizar os meios, evitando duplicações.
Segmentação P4.2	A dimensão e importância destas forças vai aumentar progressivamente
Segmentação P4.3	Eventual desmilitarização.
Segmentação P4.4	Demonstração de que são competentes a desempenhar as suas missões e no serviço que prestam ao cidadão.
Segmentação P4.5	Manter a identidade e adaptarem-se aos novos desafios.
P5	

“No processo de entrada da Turquia na União Europeia (UE), uma das exigências feita foi que o comando geral da <i>Gendarmerie</i> Turca passasse a ser civil. Do seu ponto de vista, considera que a UE não vê utilidade nas forças de segurança de natureza militar existentes?”	
Segmentação P5.1	São úteis. A <i>Gendarmerie</i> Turca tem características muito específicas do país, e para entrar na UE têm que se adaptar e fazer algumas alterações.
Segmentação P5.2	A dimensão da <i>Gendarmerie</i> Turca, poderá caso o país entre para a EU, desequilibrar os modelos policiais na Europa.
P6	
“No atual panorama nacional justifica-se a existência de uma Força de Segurança de natureza militar? Justifique.”	
Segmentação P6.1	Sim, justifica-se.
P7	
“Na sua opinião, havendo uma profunda reforma na área da segurança em Portugal, qual seria o modelo mais adequado, e quais as razões desta sua escolha?”	
Segmentação P7.1	Manutenção do sistema dual.
Segmentação P7.2	Tutela única para as polícias.
Segmentação P7.3	Diminuir/evitar a proliferação de órgãos de polícia criminal.
Segmentação P7.4	Aumento das capacidades e competências do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
Segmentação P7.5	Definir as competências (específicas) de cada polícia evitando duplicações.
Segmentação P7.6	Criação de um conceito estratégico de segurança interna.
P8	
“Tendo em conta esta reforma, ao nível da GNR que alterações deveriam ser efetuadas? Justifique.”	
Segmentação P8.1	Racionalização do sistema da GNR, tornando-o mais eficiente.
Segmentação P8.2	Unir a valência costeira com a valência fiscal.
Segmentação P8.3	Aumentar a capacidade de comando e controlo do comando operacional.
Segmentação P8.4	Adaptar-se consoante as competências específicas que lhe sejam atribuídas.
Segmentação P8.5	Existir uma formação com mais pontos de contacto entre PSP, GNR e PJ.
P9	
“Tendo em conta os atuais fenómenos globais como as migrações, o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, quais as valências que as Forças de Segurança deveriam desenvolver e aprimorar?”	
Segmentação P9.1	Partilha e recolha de informações.
Segmentação P9.2	Coordenação e cooperação entre as polícias.
Segmentação P9.3	Cooperação internacional.
Segmentação P9.4	Aumentar a capacidade de Inativação de Engenhos Explosivos.
Segmentação P9.5	Aumentar a capacidade de vigilância costeira.
Segmentação P9.6	Dotarem-se de mais e melhores meios informáticos e tecnológicos.
Segmentação P9.7	Desenvolver a área de combate à cibercriminalidade.
P10	
“Considera que os corpos civis de polícia estão preparados para dar resposta a estes fenómenos atuais? Se sim, quais as suas reais capacidades de intervenção?”	
Segmentação P10.1	Sim.
Segmentação P10.2	A FS de natureza militar está melhor preparada.
Segmentação P10.3	Cada força tem as suas competências, e para elas está preparada. As FS civis estão mais bem preparadas para a investigação e as FS de natureza militar mais preparadas para atuar num incidente tático policial.

ANEXOS

ANEXO A - Dispersão das Forças de *Gendarmerie* no Mundo

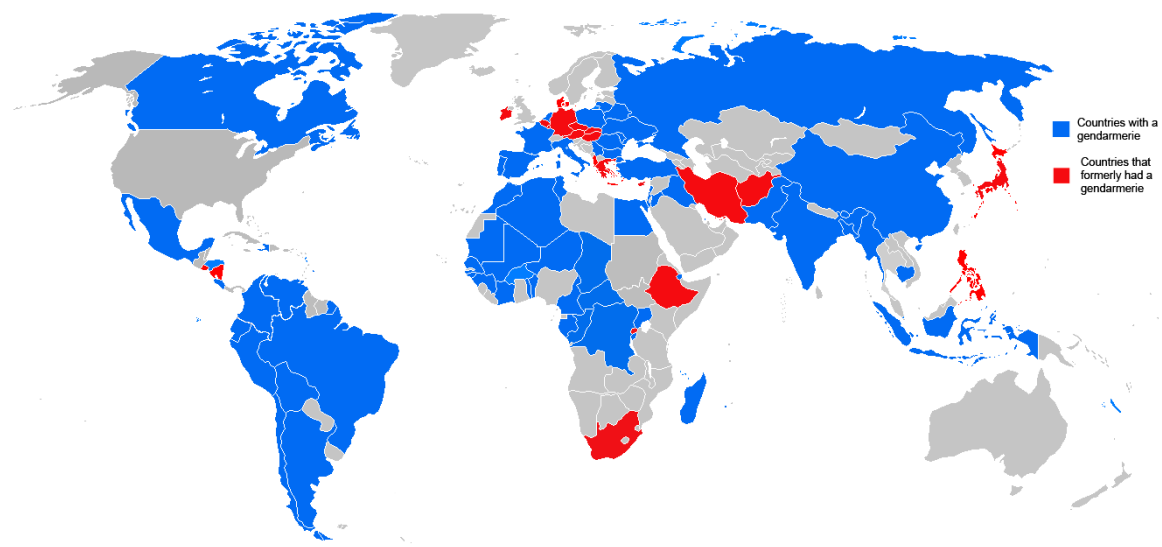


Figura n.º 1 - Dispersão das Forças de *Gendarmerie* no Mundo

Fonte: Wikimedia Commons (2015)

ANEXO B - Potencialidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

Tabela n.º 25 - Potencialidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

Conceito	Potencialidades	Autores
Capacidade e Competência	<ul style="list-style-type: none"> - Proficiência no uso de equipamentos especializados e em lidar com baixos níveis de conflitualidade (meios mínimos e não violentos); - Tática de Infantaria ligeira, projeção rápida e direcionada e autossustentação/capacidade de fornecer apoio logístico e projeção (robustez/adequabilidade aos padrões americanos com forças reduzidas e modulares); - Rapidez de atuação e flexibilidade perante diversidade de ameaças e adaptação de táticas; - Desempenho de tarefas policiais de imposição de lei com uma natureza militar e os seus valores (capacidade de regeneração, coesão, disciplina, treino, camaradagem, abnegação e sacrifício); - Sob comando militar ou autoridade civil e trabalhar em ambos os ambientes (Unidade de Comando); - As forças de <i>Gendarmerie</i> surgem completamente vocacionadas para situações pós-crise ou zonas designadas como “<i>grey area</i>”. 	Armitage e Moisan (2005), Bigo (2000), Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Marezuk (2011), Hovens (2011), Bratulescu (2011), Bingol (2011), Jiménez (2011), Cabral (2011), Dieu (2001), Lutterbeck (2004), Alves (2011), Weger (2009), Guedelha (2010), Dobbins et. Al (2007).
Polivalência e Flexibilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Largo espetro de atividades (o que a polícia não faz e militares não sabem) com um combate a diversas ameaças (controlo de tumultos, combate ao narcotráfico e contra terrorismo); - Versatilidade e polivalência dos soldados da lei e ênfase no fator humano; - Diversidade de tarefas desenvolvidas por todas estas forças em todo o mundo (informações, assuntos civis, CIMIC, unidades médicas, explosivos, NRBQ, engenharia, transmissões e segurança de aeroportos); - Flexibilidade no acompanhamento da escalada da violência/transição suave; - Oferecem liberdade de ação a qualquer governo ou organização internacional; - Origens históricas de controlo de áreas sem influência de uma administração central, que lhe transmite uma cultura gendármica única; - Conhecimento íntimo de gestão de crises; 	Bigo (2000), Rémy (2004), Gobinet (2011), Bruggman (2011), Hogenboom (2011), Hovens (2011), Bratulescu (2011), Bingol (2011), Gomez (2011), Cabral (2011), Lutterbeck (2004), Alves (2011), Guedelha (2010), Dobbins et. al, 2007) e Dieu (2001).

	- Podem ser colocadas sob dependência de qualquer Organização Internacional como já se verificou, nomeadamente, sob a égide da ONU, NATO, UE, OSCE ou coligações <i>had hoc</i> .	
Interoperabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Pode estabelecer a ligação entre civis e militares, bem como trabalhar em qualquer ambiente (paz, guerra e híbrido) e aproveitar o melhor de cada natureza; - Pode intervir em várias fases de uma operação de paz; - Reforço das forças militares na fase de combate; - Reforço ou substituição das forças civis; - Interoperabilidade e funciona como uma interface; - Caracteriza-se pela indefinição e hibridade. 	Hovens (2011), Bruggeman(2011), Hogenboom (2011), Bertheler (2011), Bratulescu (2011), Cabral (2011), Weger (2009), Guedelha (2010) e Dieu (2001).
Modelo	<ul style="list-style-type: none"> - Verifica-se, na atualidade, o caminho das forças militares e civis rumo as forças de <i>Gendarmerie</i>, militares procuram desenvolver tarefas policiais e civis e táticas militares; - Responde aos desafios do Sistema Internacional, da aproximação de segurança interna e externa e assimetria. 	Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Berthelet (2011), Bingol (2011).
Confiança	<ul style="list-style-type: none"> - Facilidade em estabelecer uma relação com as populações e atender as suas especificidades culturais, étnicas ou tribais. 	Bruggeman (2011).
Experiência	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência na resposta as ameaças identificadas nestes cenários (aplicação de leis nacionais e internacionais e uso da força necessidade, adequabilidade e proporcionalidade) e sua aplicação diária nos seus países de origem; - Plataforma internacional criada através da EGF e FIEP (integração); - Forças modulares criadas e modelos de intervenção (SPU) em consequência de uma década de intervenções. 	Hovens (2011), Bingol (2011), Weger (2009), Dobbins et. al (2007).
Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> - Integração do planeamento estratégico com as FFAA ou processo de tomada de decisão civil; - Métodos de planeamento, comando e controlo, rotação de forças e exercícios adaptados ao Exército e agências civis; - Maior aceitabilidade que as FFAA. 	Bratulescu (2011), Weger (2009), Dieu (2001).

Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Garante segurança em qualquer tipo de área, seja urbana ou rural (áreas distantes e exigentes), num ambiente de proximidade entre ameaças e população; - As forças de <i>Gendarmerie</i> apresentam custos mais reduzidos que forças militares (equipamento em menor quantidade e menos sofisticado). 	Bingol (2011), Weger (2009), Guedelha (2010), Lutterbeck (2004).
Universalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Estas forças apresentam um mapa com uma dispersão e amplitude invejável em todo o mundo, em quantidade e qualidade suficientes para todas as exigências, cerca de 2.5 milhões de militares em todos os continentes e próximas de zonas de conflito; - Possibilidade de criação de uma rede mundial destas forças, com uma íntima cooperação, relações política/diplomáticas e partilha de experiências; - Especializadas no treino de polícias locais, na proteção de refugiados, controlo de fronteiras, combate à criminalidade organizada, terrorismo e na sua substituição em ambientes pós-guerra, fazendo cumprir as leis do governo em formação. 	Jiménez (2011), Shattal e Rawashdeh (2011), Alves (2011), Weger (2009).

Fonte: Adaptado de Cruz (2013)

ANEXO C - Vulnerabilidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

Tabela n.º 26 - Vulnerabilidades das Forças Tipo *Gendarmerie*

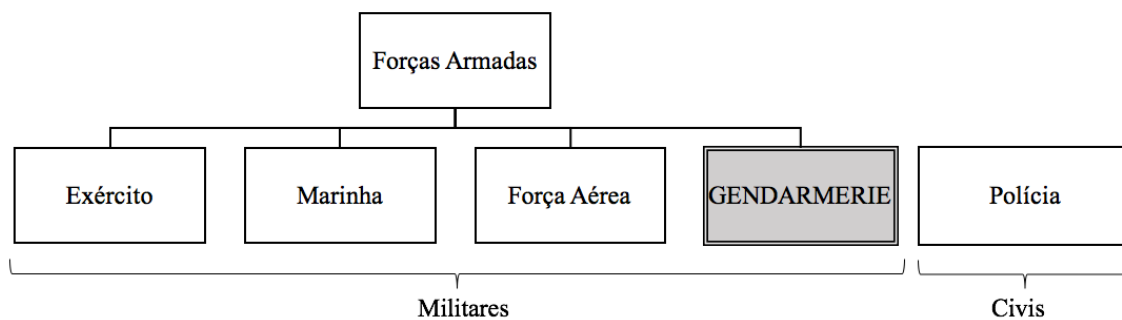
Conceito	Vulnerabilidades	Autores
Duplicação, Generalismo e Insuficiência	<ul style="list-style-type: none"> - A não-aceitação destas forças serem policiadas no que respeita à aplicação das leis internacionais e nacionais; - Não preenchimento das lacunas étnicas pela falta de adequação das ROE e SOFA; - Incapacidade de proporcionar soluções universais ou à longo-prazo para a questão da lacuna de segurança; - Duplicação de políticas, doutrinas e normas em várias OI, com várias forças a fazerem o mesmo/sobreposição institucional - Militares desde que treinados desempenham as mesmas funções; - Limitado número de militares atualmente empenhados e limitações de financiamento; - Diferenças técnicas, táticas, de procedimento e culturais entre nações contribuintes; - Diferença de políticas internas e falta de aceitação/desconfiança de muitos países; 	Weger (2009), Bruggeman (2011), Dobbins et. al (2007), Hills (2001).

	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzido número de missões realizadas incapacita a sua potenciação e reconhecimento internacional do seu valor acrescentado; - O alargamento do número de efetivos diminuirá a sua coesão; - A diversidade do espetro de tarefas desenvolvidas por estas forças prejudica a especialização (profundidade/variedade), não é o seu <i>core business</i>. 	
Modelo	<ul style="list-style-type: none"> - A natureza militar das forças de <i>Gendarmerie</i> não é universalmente aceite no policiamento, especialmente pela cultura anglo-saxónica, entendidas como demasiado militares; - É defendida a incompatibilidade de uma força de segurança militar num modelo democrático por ser historicamente um instrumento de repressão de políticas despóticas e totalitárias; - A doutrina das NU sobre OAP defende uma RSS que separe estritamente as entidades militares e civis para um Estado de Direito (NU, 2003, P. 188). 	Gobinet (2011), Bruggeman(2011), ONU (2013), Hills (2001), Charles Reith (1952), Storch (1975).
Política	<ul style="list-style-type: none"> - A EGF como plataforma internacional de lançamento de missões detém um processo de tomada de decisão por unanimidade que conduz à sua paralisia. Tal também se verifica na UE; - Obrigação em recorrer a contribuições individuais dos demais Estados pelo Quartel-General da EGF, funcionando como um coordenador dos vários Estados-membros; - A rotatividade do Comando da EGF (com período de 2 ou 3 anos) limita a continuidade de políticas e acumulação de experiência; - Não existe um acompanhamento nacional por parte do CIAN, nem contactos diretos com as nações membro. 	Berthelet (2011), Hovens (2011).
Logística	<ul style="list-style-type: none"> - Incapacidade da maior parte das forças tipo <i>gendarmerie</i> para atuarem como <i>Logistic Lead Nation</i>; - Limitada capacidade de projeção e autossustentação. 	Hovens (2011).

Fonte: Adaptado de Cruz (2013)

ANEXO D - *Gendarmerie Nationale*

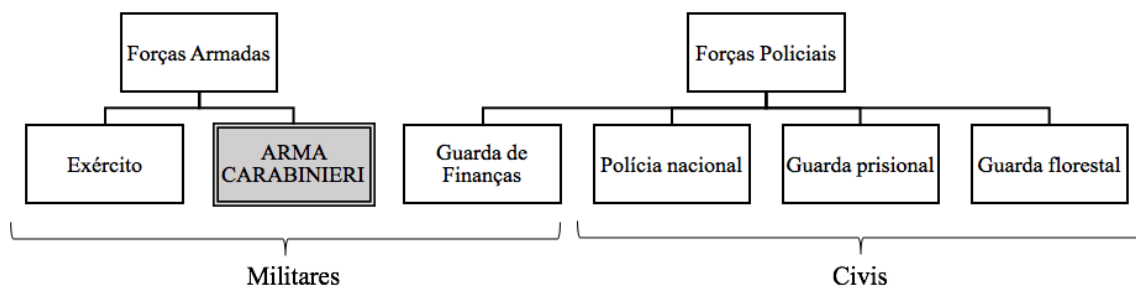
Quadro n.º 4 - Sistema de Forças Francês



Fonte: Adaptado de Branco (2000, p. 123)

ANEXO E - *Arma Dei Carabinieri*

Quadro n.º 5 - Sistema de Forças Italiano



Fonte: Adaptado de Branco (2000, p. 129)

ANEXO F - Desenvolvimento do Efetivo de *Gendarmeries*

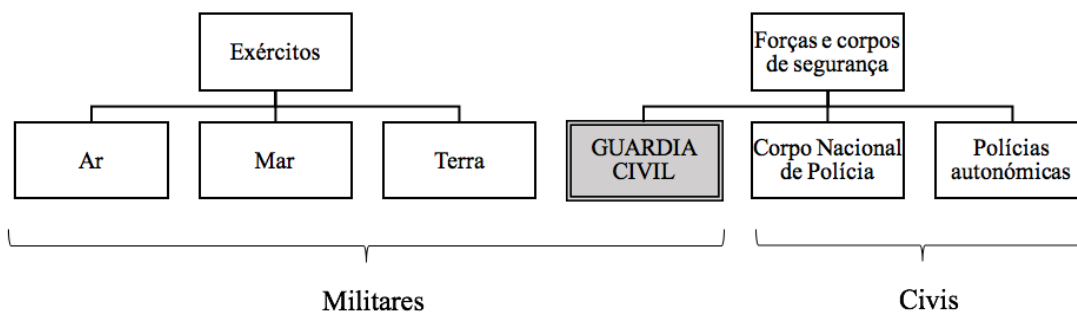
Tabela n.º 27 - Desenvolvimento do Efetivo de *Gendarmeries*

País	Tipo de Força	Anos							
		1980	1990	2000	2010	2012	2013	2014	2015
Áustria	<i>Gendarmerie</i>	11000	11794	15751					
França	<i>Gendarmerie</i>	78000	91800	94950	103376	98155	100049	-	-
Alemanha	Polícia de Fronteira	23564	25187	39240	41000	-	-	-	-
Grécia	<i>Gendarmerie</i>	26000	26500	34000					
Itália	<i>Carabinieri</i>	84000	111400	110000	107967	118716	-	104000	-
Holanda	<i>Mauréchausée</i>	3900	4700	5200	5953	-	5903	-	-
Portugal	GNR	13000	19000	25300	26100	23216	22398	21678	22373
Espanha	<i>Guardia Civil</i>	64000	63000	75000	72600	84400	-	82692	-

Fonte: Adaptado de Branco (2013, p.107) e Lutterbeck (2013, p. 13)

ANEXO G - *Guardia Civil*

Quadro n.º 6 - Sistema de Forças Espanhol



Fonte: Adaptado de Branco (2000, p. 117)

ANEXO H - Sistema de Forças Nacionais



Figura n.º 2 - Sistema de Forças Nacionais

Fonte: Adaptado de Branco (2010, p. 242)

ANEXO I - Pilares Identitários da GNR



Figura n.º 3 - Pilares Identitários da GNR

Fonte: Adaptado de Branco (2010, p. 341)

ANEXO J - Estrutura Geral da GNR

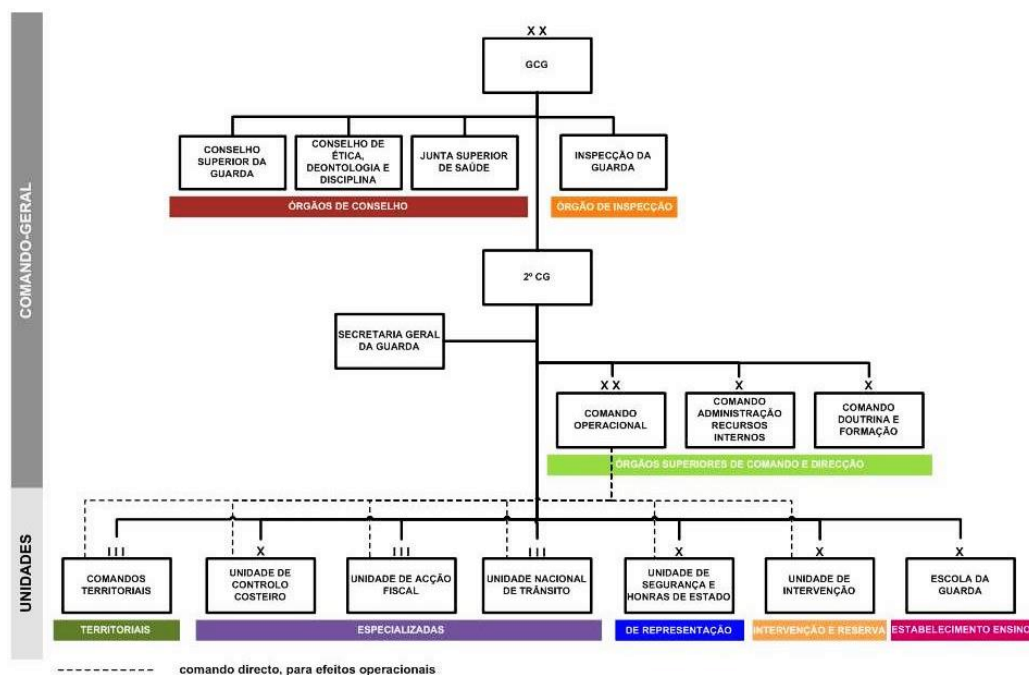


Figura n.º 4 - Estrutura Geral da GNR

Fonte: Operacional (2016)